

JARA LOURENÇO DA FONTOURA

**ECOMUNITARISMO E AÇÃO SOCIOAMBIENTAL
TEORIA E PRÁTICA NUM ESTUDO DE CASO JUNTO A COMUNIDADE SÃO
GONÇALOPELOTAS-RS-BRASIL**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de doutora em Educação Ambiental, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Lopez Velasco

**Rio Grande
2010**

JARA LOURENÇO DA FONTOURA

**ECOMUNITARISMO E AÇÃO SOCIOAMBIENTAL:
TEORIA E PRÁTICA NUM ESTUDO DE CASO JUNTO A COMUNIDADE SÃO
GONÇALO\PELOTAS-RS-BRASIL.**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de doutora em Educação Ambiental, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Aprovada, em 6 de dezembro de 2010.

Orientador

Examinador

Examinador

Examinador

Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese de doutorado em Educação Ambiental a todos aqueles que acreditaram no meu trabalho, sonharam e lutaram comigo, apoiando-me e incentivando durante a minha caminhada, enquanto: Estudante/eterna; Aprendiz/constante; Mulher/Educadora/trabalhadora da Educação; e, a cima de tudo, “Ser Humano”. Dedico, também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que favoreceu a concretude das atividades acadêmicas do Doutorado. Priorizo, especialmente, quatro pessoas: o meu orientador, Dr. Sírio Lopez Velasco, educador, orientador, amigo de sonhos, utopias e caminhadas; o meu companheiro, Gilmar Borges Schmidt, pelo apoio, determinação e segurança nos dias de indecisão; a minha amiga Tereza Cristina Farias, incansável incentivadora da construção de um mundo melhor; e a educadora que me possibilitou ser quem sou, minha doce e eterna Mestre, Amiga/MÃE, Nilza Rita Lourenço da Fontoura.

“Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores”.

CORALINA

RESUMO

O presente trabalho de tese tem como objetivo relatar e analisar criticamente, sob o enfoque da teoria Ecomunitarista, o Projeto Ecomunitarismo/UCPel, coordenado pela autora desta tese enquanto educadora ambiental da Universidade Católica de Pelotas/RS no período de (1998 a 2005), junto a dois grupos diferenciados, a saber: o dos estudantes do curso de Ecologia UCPel e o do grupo de catadores de papelão e pescadores da Comunidade São Gonçalo, na cidade de Pelotas-RS, BR 392\km 60 às margens do canal de Santa Bárbara, Brasil. Ao unir educação formal e não formal, ocorre um entrelaçamento contextualizado - interdisciplinar e crítico\criativo - das linhas de pesquisa do Doutorado em Educação Ambiental da FURG (Universidade Federal do Rio Grande), a saber: Educação Ambiental e Formação de Educadores (EAEFE) e Educação Ambiental Não Formal (EANF), o que justifica tal tese. Para tanto, este trabalho tem como eixo norteador as normas da ética Ecomunitarista que tratam da liberdade, do consenso e da ecologia, a partir da pergunta que instaura a ética: O que devo/devemos fazer? A tese tem como indagação primeira saber: Até que ponto a proposta teórica Ecomunitarista foi colocada em prática no projeto Ecomunitarismo da UCPel no período de 1998 a 2005? E por hipótese: Foram plenamente satisfatórias, segundo a teoria Ecomunitarista, as respostas socioambientais que o Projeto Ecomunitarismo\ UCPel possibilitou durante os sete anos de atuação, junto à Comunidade São Gonçalo. A metodologia presente, neste trabalho, foi de análise qualitativa, utilizando-se da proposta metodológica do Ecofeminismo, que substitui o postulado da investigação desprovida de valores, da visão de cima, por uma visão a partir dos oprimidos, e o conhecimento espectador contemplativo e omissivo, por uma participação ativa nas ações, movimentos e lutas em favor da emancipação da mulher e dos oprimidos, fazendo do processo de investigação um processo de conscientização.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Ecomunitarismo, Ação Social Transformadora.

ABSTRACT

The aim of this present thesis work has as objective to report and analyze critically, from the “Ecomunitarista” theory focus, the “Ecomunitarismo” Project/UCPel-RS (Pelotas Catholic University / Rio Grande do Sul State), coordinated by the author of this thesis while environmental educator of this University in the period of (1998 to 2005), together with two differentiated groups, to know: the one of the students from the Ecology Course UCPel's and the one of the cardboard scavengers and fishermen of the São Gonçalo Community, in the city of Pelotas-RS, BR 392\km 60 on the coast of Santa Bárbara Channel, Brazil. Upon joining formal and non-formal education, there is a contextualized – interdisciplinary and critical/creative of the research lines from the Environmental Education Doctorate Program of FURG (Federal University of Rio Grande), to know: Environmental Education and Teachers Training (*EAEFE*) and Non-Formal Environmental Education (*EANF*), what justifies such thesis. Accordingly, this work has as its guideline the “Ecomunitarista” ethics rules which deal with freedom, consensus and ecology, as from the question that places the ethics: what should I/we do? The first investigation of thesis is: To what extent the “Ecomunitarismo” theoretical proposal was put into practice in the “Ecomunitarismo” Project from UCPel in the period from 1998 to 2005? And by hypothesis: According to the “Ecomunitarista” Theory, the social-environmental answers that the “Ecomunitarismo” Project from UCPel enabled during the seven years of performance, with the São Gonçalo Community, were fully satisfactory. The present methodology in this work, was qualitative analysis, using the “Ecofeminismo” methodological proposal, which replaces the principle of the investigation free of values, of the view from the above, by a vision from the oppressed, and the bystander knowledge, contemplative and omitted, by an active participation in the actions, movements and fights in favor of the woman's emancipation and of the marginalized ones, turning the investigation procedure into an awareness process.

Keywords: Environmental Education; “Ecomunitarismo”; Life-changing Social Action.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primeira visão da comunidade\1998.....	13
Figura 2: Menina Karina olhando, com tristeza, a inundação no seu barraco\1998.....	34
Figura 3: Barraco onde morava Karina com sua mãe e seus irmãos.\1998.....	36
Figura 4: Primeiras entrevistas\1998.....	38
Figura 5: Crianç�as brincando com a discente de Biologia Adriana Arruda\1999.....	39
Figura 6: Primeira gincana com a comunidade\1998.....	41
Figura 7: Barraca onde estavam morando seis pessoas\1999.....	42
Figura 8: Discentes assistindo ao vídeo sobre a comunidade\1998.....	44
Figura 9: Aula para discentes de Ecologia e Química Ambiental\2001.....	50
Figura 10: Discente de Ecologia desenvolvendo atividade de Educação Ambiental\2003.....	51
Figura 11: Reportagens de jornais\2005.....	53
Figura 12: Reportagens de jornais\2005.....	54
Figura 13: Grupo Girassol\terceira idade\2004.....	55
Figura 14: Líder Gracinda de Feij�\1998.....	57
Figura 15: Líder Dona Cica\2004.....	58
Figura 16: Exposição do Projeto no saguão da UCPel\2004.....	60
Figura 17: Ponte (embaixo) onde ficavam os moradores em época de enchente\1998.....	63
Figura 18: Discentes de vários cursos em atuação junto � comunidade\2005.....	64
Figura 19: Assembleias nas balanç�as\1998.....	67
Figura 20: Subprojeto Ecofamiliar\2001.....	70
Figura 21: Teatro de Natal\2004.....	71
Figura 22: Subprojeto Ecorrenda\2001.....	74
Figura 23: Primeiro espaç�\escola para as crianç�as da comunidade\1999.....	79
Figura 24: Karina após a enchente, com seu primeiro par de sand�lias\1998.....	83
Figura 25: Terreno da Ceval\2002.....	85
Figura 26: Jornal Diário Popular, construção das casas em mutir�o\2005.....	86
Figura 27: Comunidade organizada por quadras e n�meros\2008.....	86
Figura 28: Projetos de EA na nova moradia\2003.....	88
Figura 29: Novas moradias\2008.....	88
Figura 30: Casa da menina Karina, hoje adolescente\2008.....	90
Figura 31: Filho de uma menina que ouvia as histórias, aos sábados, nas balanç�as do Trevo (segundo ela, esse seria meu neto)\2008.....	91
Figura 32: Aumento da moradia\2008.....	92
Figura 33: Curso de cabeleireira na garagem da casa da prof� Jara Fontoura\2001.....	100
Figura 34: Livro O Contrato Social da Ci�ncia\2002.....	104
Figura 35: Aula de capoeira na comunidade\2002.....	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O encontro -----	9
1 Iluminando caminhos -----	16
2 Gritos de vida -----	33
3 Desvelando realidades -----	63
4 Entrelaçando saberes -----	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS. -----	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	118
ANEXOS -----	121

INTRODUÇÃO: O ENCONTRO

De todas as crises pelas quais tem passado a humanidade, creio que a atual é, de fato, a que tem proporcionado a indução de um reavaliar sobre nosso pensar e agir diante do Mundo, pois está em causa, para nós, *o valor atribuído hoje à vida humana*. Neste sentido, não poucas vezes, ouvimos falar de certa “crise”. O que isso nos diz?

A crise que hoje atravessamos não é somente de caráter econômico, ou mesmo moral. Não se restringe a um país ou a uma determinada classe social. A crise que vivemos repõe certas questões que fundam e fundamentam o percurso de uma época. Por isso, encontramos-nos diante de um desafio: o de saber decidir e discernir, e de saber realizar uma superação criadora deste momento que nos permita alcançar um novo patamar de pensamento, uma outra maneira de experienciar o mundo e a nós mesmos. No caminho desta superação, temos de nos defrontar com uma questão essencial: O que significa para nós ser um ser humano? (UNGER, 2001, p. 19)

A educadora Nancy M. Unger traz, com clareza, a indagação primordial do momento. Entretanto, apesar do entrelaçamento de objetividade e subjetividade expostas sobre a nossa problemática existencial, a intenção parece não atingir as inteligências competentes, bem como as “vontades” e possibilidades institucionais que se nos apresentam. Temos a impressão de que o humano é esperança e é ameaça diante das possibilidades de construção e de destruição. Sim, por conseguinte, (isso é uma decorrência da inevitabilidade, do desejo, da escolha? Ou poderia ser?), é necessário que a transformação ética e planetária ocorra dentro mesmo do clima de urgências que nos habita e em que habitamos.

É notável que em termos de tecnologia, de ciência, de métodos de ensino, de pesquisa, de criação de novos paradigmas, muito se tem avançado. Entretanto, a subjetividade não raro encontra-se numa teia de solidão, do homem-massa, do marasmo social, da inércia ética, do individualismo profissionalmente descomprometido, desconectado com o seu próprio sentido de ser.

Unger nos alerta para o processo de destruição que os seres humanos estão fazendo ocorrer, dizendo que:

Dominar e controlar tudo o que existe, romper a dimensão cosmopolita do homem, buscar mais e mais poder sobre a natureza, sobre tudo e todos, ou seja, valorizar o antropocentrismo, eis o eixo em torno do qual, enquanto civilização, gravitamos. De um modo mais essencial, essa crescente aridez resulta de um desequilíbrio cujas raízes se situam no coração do homem. O que significam a devastação das florestas, a contaminação das águas e do ar, a extinção de milhares e milhares de espécies animais, a agressão que o homem comete a seus semelhantes através da espoliação, da opressão, do etnocídio, senão o espelho externo de uma condição interior do ser humano? (UNGER, 2001 p. 46-7)

É patente a desigualdade econômica, bem como a problemática socioambiental que nos acossa. Gritam os “sem-terra”, os “sem-teto”, os “sem-saúde”, os desempregados, os presos, os andarilhos, as crianças abandonadas, os famintos de pão, os sem escola, as prostitutas, os analfabetos, os índios, os idosos desamparados, as mulheres que sofrem violência, enfim, os excluídos em geral para onde convergem os esforços dos movimentos sociais. Seria isso fruto do império da vontade de poder, desvairada? Desenraizamento existencial frente a um modelo civilizatório em xeque?

Mas o que é ser excluído? Ao se referir sobre exclusão, a educadora Carmen Bezerra Machado, em suas aulas no doutorado em Educação da UFRGS, em 2005, já alertava seus acadêmicos para que tomassem cuidado com esse conceito/terminologia, salientando que a exclusão pode ser considerada individualmente, isto é, cada um de nós pode se sentir excluído de algo, quer seja lugar, grupo, condição, acesso, ou..., no entanto, acabamos por ser parte de um todo social, sendo funcionais aos interesses de certos grupos que nos deixam nesta situação.

Isso significa que, se nos percebemos ou se percebemos o outro como excluído, retiramos-lhe o direito de ser/ter/lutar, pois o que é excluído está fora; logo, como não é parte, pode ser desconsiderado ou permanecer só.

Tais questões amplas e interdependentes levam-nos a pensar sobre a construção social das identidades e os modelos de sujeito ético em pauta. Será ele capaz de romper com o pré-estabelecido e emergir para a superação desse processo societário?

De quem é a “culpa”? Que atores sociais são chamados à responsabilidade?

O que significa, nesse contexto capitalista, fazer política, economia, saúde, educação, Educação Ambiental?

Construímos, afinal, um mundo humano?

No livro de Edgar Morin (2002), “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, existe um alerta sobre a origem da nossa humanidade, isto é, para se conhecer o humano é necessário, antes de mais nada, situá-lo no universo, e não, separá-lo dele. Quem somos? Somos inseparáveis de onde estamos? De onde viemos? Para onde vamos? Segundo Morin, interrogar nossa condição humana implica questionar a nossa posição no mundo.

Afinal, o que significa, para nós, ser um SER Humano?

Segundo Enrique Leff (2001), é necessário construir o saber ambiental, a fim de que possamos, de forma crítica e comprometida, possibilitar uma resposta ética aos problemas socioambientais. O viver das pessoas em seus ecossistemas diversificados, o seu comportamento diante dos desafios da sobrevivência e a sua cultura são processos que devem ser cada vez mais tomados como referência associativa para releitura do diálogo histórico-ambiental.

Mas qual será a ética a ser pautada para tal desafio?

Como possibilitar o surgimento de uma nova ética socioambiental, física e mental? Repensando sobre essas questões no livro “As três Ecologias de Félix Guattari/1990, o autor é categórico ao manifestar-se em relação ao caminhar da humanidade, dizendo que os modos de vida dos seres humanos, sejam individual ou coletivamente, estão evoluindo no sentido de uma progressiva deteriorização.

Seguindo essa linha de pensamento, diz-se que:

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social, e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá concernir portanto, não só as relações de força visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo. (GUATTARI, 2001, p. 9)

Ao pensar sobre todas essas questões e exemplos, com certeza, a ética utilitarista da visão capitalista vigente é que não se deve pautar a construção do

sujeito ético, muito menos o surgimento de uma nova ética socioambiental, física e mental.

Para Velasco, é muito importante que pensemos sobre uma perspectiva pós-capitalista, pois, segundo o educador, sofrem:

[...] seres vivos e também a terra, a água e o ar; em resumo, o capitalismo faz mal à saúde de humanos e não humanos. Daí que afirmamos: pensar um além do capitalismo é uma necessidade, se quisermos sanar os males antes citados. Por isso, uma Educação Ambiental que integre essa perspectiva pós-capitalista é uma necessidade. (VELASCO, 2008, p. 17)

Durante as inúmeras viagens entre as cidades do Rio Grande e de Pelotas, entre uma leitura e outra, eu vislumbrava a paisagem através da vidraça do ônibus. Num desses momentos, observei, ao meu lado esquerdo, um vilarejo que estava constantemente crescendo e impactando as margens do Canal Santa Bárbara por um lado e por outro, o canal São Gonçalo, o qual passa embaixo da ponte que liga as duas cidades.

Então, comecei a fazer anotações sobre a quantidade de casebres que lá se instalavam e constatei que já havia oitenta casebres de madeira, às margens do Canal Santa Bárbara e, em estado de periculosidade de moradia, havia dezessete casas.

Esse meu traslado frequente originou-se devido ao fato de eu morar na cidade do Rio Grande no ano de 1997.

Numa dessas idas e vindas do meu traslado, fiquei perplexa e muito revoltada, quando vi os ocupantes do ônibus em que eu viajava, retorcendo-se em intermináveis gargalhadas, devido ao fato de terem visto uma senhora com idade aparente de uns oitenta anos, em pleno dia de muito frio e com chuvisco, defecando e limpando-se junto ao canal Santa Bárbara.



Figura 1: Primeira visão da comunidade\1998.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

A inquietude começou então a se intensificar dentro de meu ser a cada viagem, dando origem a inúmeros questionamentos, a saber:

- Por que estão lá esses seres humanos desprovidos de tudo?
- Por que os órgãos públicos e o setor ambiental desta cidade permitem que cada vez mais casebres ali se instalem?
- Como podem viver esses seres, se constantemente ocorrem enchentes?
- Por que tanto lixo ao redor daqueles casebres?

Paulo Freire, em seus artigos e publicações, ao pensar sobre a opressão sofrida pelos menos favorecidos, costumava dizer que:

A afirmação de que as coisas são assim porque não poderiam ser de outra forma é odientamente fatalista, pois decreta que a felicidade pertence apenas àqueles que têm poder. Os pobres, os deserdados, os excluídos estariam fadados a morrer de frio, não importa se no sul ou no norte do mundo. Somos seres da transformação e não da adaptação. (FREIRE, 1995, p. 23)

Constantemente as ideias de Paulo Freire, as imagens/palavras das aulas proferidas pelo educador Sírio Velasco, quando nos fazia pensar sobre nossa corresponsabilidade diante da vida na qual, queiramos ou não, estamos inseridos, seu posicionamento crítico diante do capitalismo e a defesa da proposta ética rumo ao Ecomunitarismo, pulsavam em minha mente entrelaçadas e autojustificantes.

A todo instante, esses educadores dialogavam comigo, como se eu estivesse sempre perto deles. Diálogo que falava sobre: o pensar da esperança crítica e transformadora; o alicerçar do conhecimento numa marcha/andarilhagem utópica, individual e coletiva; o fazer de um movimento em busca permanente do “SER mais HUMANO”. Busca esta com muita amorosidade e coragem para lidar de forma poética e ética com o olhar por dentro de nossas opções e ações, de forma a contribuir para o surgimento de um mundo mais justo, com mais qualidade de vida, uma educação desveladora e libertadora, pois, somente assim, conseguiremos justificar a nossa presença no mundo e com o mundo.

É precisamente neste momento de mudança de postura, de indagações existenciais, educacionais, planetárias e de encontros e desencontros que ousou apresentar minha tese de Doutorado em Educação Ambiental/FURG, a qual tem por *objetivo* relatar e analisar criticamente, sob o enfoque da teoria Ecomunitarista, o Projeto Ecomunitarismo/UCPel, desenvolvido entre os anos de 1998 a 2005.

Com esse objetivo, pretendo possibilitar respostas ao *problema* inicial que é saber até que ponto é viável colocar em prática a teoria Ecomunitarista no Projeto Ecomunitarismo da UCPel. E para tal, tenho como *hipótese*: Segundo a Teoria Ecomunitarista, as respostas socioambientais que o projeto Ecomunitarismo da UCPel possibilitou durante os sete anos de atuação junto à comunidade São Gonçalo, foram plenamente satisfatórias.

A *metodologia* usada tanto na proposta teórica do Ecomunitarismo como no Projeto Ecomunitarismo/UCPel e que se estende até o presente momento foi baseada na proposta metodológica do Ecofeminismo.

Segundo Mies e Shiva (1997), autoras do Ecofeminismo, os passos são os seguintes:

- Substituir o postulado da investigação desprovida de valores, da neutralidade e indiferença para com os objetos de estudo, pela parcialidade consciente, alcançada por meio da identificação com os objetos de estudo;

- Substituir a relação vertical entre o investigador ou investigadora e os “objetos de estudo”, a visão de cima, por uma visão a partir de baixo;
- Substituir o “conhecimento espectador” contemplativo e não participativo, por uma participação ativa nas ações, movimentos e lutas em favor da emancipação da mulher, fazendo com que a investigação passe a ser parte integrante dessas lutas;
- A modificação do *status quo* deve converter-se em ponto de partida da indagação científica, assumindo como lema “Se quiseres conhecer algo, deverás mudá-lo”;
- O processo de investigação deve converter-se em um processo de “conscientização”, tanto para os assim chamados “sujeitos de investigação” (as científicas sociais) como para os “objetos de investigação” (as mulheres como grupo de estudo específico);
- A conscientização coletiva das mulheres, por meio de uma metodologia de formulação de problemas deve ser acompanhada do estudo de sua história individual e social;
- As mulheres não poderão se apropriar de sua história se não começarem a coletivizar suas experiências próprias.

Esta tese está dividida em quatro capítulos. No *primeiro capítulo*, iluminando caminhos, é abordada a proposta teórica Ecomunitarista de Sírio Lopes Velasco; no segundo capítulo são explorados os dados sobre o nascimento do Projeto Ecomunitarismo a fim de contextualizar a história do mesmo; apresenta-se, no terceiro *capítulo*, o desvelamento da realidade socioambiental da comunidade São Gonçalo formada por catadores de papelão e pescadores, abordagem de educação não formal; no quarto *capítulo*, esboça-se o entrelaçamento dos saberes teóricos e práticos como um constante processo retroalimentativo e desvelador, no qual se viabiliza de forma clara, a proposta metodológica Ecofeminista de Mies e Shiva.

1 ILUMINANDO CAMINHOS

Nesse contexto de indagações diante do caminhar da humanidade, surgem como forma de iluminar esses passos para busca de alternativas/saídas, teorias, fundamentos éticos, que se diferenciam pela sua concreta proposta, como é o caso da proposta ética do Ecomunitarismo criado por Sirio Lopez Velasco.

Conceituando Ecomunitarismo, segundo Velasco, temos que:

Ecomunitarismo é o regime comunitário pós-capitalista capaz de organizar as relações produtivas inter-humanas, entre os seres humanos em geral e entre estes e a natureza, conforme as normas éticas que deduzimos transcendentalmente a partir da pergunta O que devo / devemos fazer? (VELASCO, 2003, p. 80)

Mas para que esse regime pós-capitalista ocorra, faz-se necessário que se fundamente em princípios éticos.

No livro “Introdução à Educação Ambiental Ecomunitarista”, de Velasco (2008, p. 34-7) vemos que as três normas básicas da ética argumentativa são deduzidas a partir da pergunta que instaura a ética: “O que devo fazer?”. Essas são fundamentadas em princípios de liberdade, busca do consenso e da ética ecológica, a qual propõe que exista um ato linguístico da pergunta: “o que devo fazer?”, mas para que ocorra a existência de tal ato, faz-se necessária a existência da linguagem humana, ou seja, a existência do ser humano em busca da relação ecologicamente saudável, o que no sistema capitalista torna-se inviável.

Na aplicação das três normas fundamentais da Ética à Economia, encontramos a crítica ao capitalismo e a proposta pós-capitalista. A primeira norma da ética trata da liberdade, entendida como condição de moralidade, fala-nos que é o fundamento, em qualquer instância da liberdade, lutar pela liberdade de decidir. O homem não é livre por uma série de condicionais externos, pode fazer algo, mas tem que ter liberdade de decisão.

A primeira norma da ética estabelece: “Devo garantir minha liberdade de decidir, porque Eu garanto minha liberdade de decidir é condição de Eu faço a pergunta “O que devo fazer?”. (VELASCO, 2003, p. 49)

Em caráter ético, a realização feliz da pergunta “O que devo fazer?” remete-nos a pensar que acreditamos em uma resposta consensual para cada instância dessa pergunta, de onde surge a segunda norma da ética assim formulada:

Devemos buscar consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘O que devemos fazer?’ porque Nós buscaremos consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘O que devemos fazer?’ é condição da pergunta ‘O que devemos fazer?’ ser feliz. (VELASCO, 2003, p. 59)

A segunda norma da ética coloca limite na primeira. Através dessa norma, delimita-se o espaço de exercício da liberdade de decisão estipulada pela norma anterior. A busca do consenso de que trata a segunda norma, não significa que haja unanimidade estabelecida. Essa norma é quebrada mediante a concorrência, indiferença e ordens entre as relações estabelecidas pelos seres humanos, não buscando consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta: O que devemos fazer?

A terceira norma (ecológica) da ética propõe que a existência física dos seres humanos ao interior de uma comunidade produtiva é condição da existência da linguagem humana e, por conseguinte, da existência e realização feliz da pergunta “O que devo fazer?”. Essa norma ética apresenta-se como candidata ao papel de fundamento argumentado da conduta ecológica e da luta pela generalização de tal conduta.

Para Velasco, a terceira norma da ética diz que:

Devo preservar–regenerar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo porque eu preservo-regenero uma natureza saudável do ponto de vista produtivo é condição de eu faço a pergunta “Que devo fazer?”(numa realização feliz. (VELASCO, 2008, p. 37)

Logo a seguir, o autor esclarece dizendo que:

Quero de imediato advertir que talvez essa norma não seja última palavra da ética em matéria ecológica e de educação ambiental, dado o caráter utilitarista da visão da natureza ali compreendida. Mas creio que ela é uma base mínima aos efeitos do dispor de um fundamento argumentativo para a importante tarefa que é a preservação-regeneração da Natureza, atividade que faz parte da luta por uma ordem sócio-ambiental ecomunitarista. (VELASCO, 2008, p. 37-8)

A atual crise ecológica é vista, pois, segundo a teoria Ecomunitarista, inseparável do trabalho alienado vigente no capitalismo, trabalho este que consiste em o homem alienar-se de si próprio na medida em que se aliena da natureza.

Citando Velasco, tem-se que:

Os efeitos nocivos para a natureza, resultantes da continuidade do modelo de produção-distribuição-consumo imperantes hoje em dia, provocam uma degradação quantitativa de tal magnitude no meio ambiente, que a própria subsistência da humanidade encontra-se em perigo. Este perigo é reconhecido inclusive em fóruns tão marcados pela influência direta dos grandes capitais como: o Clube de Roma. A ameaça de um holocausto ecológico capaz de exterminar a humanidade inteira, é uma situação absolutamente inédita na história da espécie humana. (VELASCO, 2003, p. 64)

Para Velasco, o Ecomunitarismo é uma ordem socioambiental utópica, um guia da ação que é capaz de articular com base nas três normas da ética e de se manter pela postura de seres humanos em atitude de libertação.

Analisando o trabalho no capitalismo pela norma ética Ecomunitarista, percebemos que ele é negador das três normas, isto é, na medida em que não existe liberdade de decisão no capitalismo, violando a primeira norma da ética, não há nenhum ser humano que viva conforme a primeira norma da ética. Tal norma estipula que garantir nossa liberdade de decidir é condição para fazermos a pergunta o que devemos fazer? não ocorrendo, dessa forma, a busca do consenso, muito menos do próprio viver ecologicamente em equilíbrio entre seres humanos e esses com a natureza.

Em assim sendo, no capitalismo, as três normas são violadas cotidianamente porque na empresa o operário não decide com liberdade; ao

contrário, deve seguir ordens; nela, não se tomam decisões por consenso, mas impõe-se a vontade do patrão e de seus representantes. O processo capitalista de produção-distribuição-consumo prejudica a saúde da natureza humana (mortes, doenças profissionais ou causadas pelo desemprego e a fome) e não-humana (devastação e poluição).

A partir das três normas éticas básicas, propõe-se uma ordem socioambiental utópica pós-capitalista, chamada de “Ecomunitarismo”, na qual as três normas teriam realização cotidiana. Marcelo Pelizzoli no livro *Correntes da Ética Ambiental*, ao escrever sobre a luta contra o capitalismo, referencia Velasco, ao dizer que:

Endosso o modo com que a tese é defendida por Sírío Velasco: “A atual crise ecológica é inseparável do trabalho alienado vigente no capitalismo, trabalho no qual o homem se aliena de si próprio na medida e porque se aliena da natureza(..)”. Também ai fica demonstrado à insuficiência de uma análise que exclua o “questionamento das relações de propriedade privada imperantes no capitalismo” Reputamos como central a análise reconstrutiva e critica dos valores e práticas que vão permeando o corpo social diante do contexto da ingerência das desiguais relações econômicas e de poder do mundo. Diríamos então que é fundamental questionar, em conjunção ao que o decorrer da história veio desestruturar, os moldes educativos e comunicacionais que reafirmam este ethos capitalista que e, sem dúvida, tal capitalismo sustenta. Assim por exemplo: a descontextualização política, a desarticulação do discurso com a prática, o utilitarismo, a incompreensão das interações como o meio ambiente, os quais se ligam aos hábitos da sociedade de consumo, todos credores, ab initio, do stautus antes exposto: dicotomia homem-natureza, cultura da massificação, e a interdição a uma ética que reverta a objetificação da natureza e a mercantilização da própria vida humana. (PELIZZOLI, 2002, p. 38)

No Ecomunitarismo proposto por Velasco, temos que as comunidades de vida devem se integrar numa grande rede, rompendo, assim, definitivamente, com a ordem capitalista, isto é:

Propõe que as comunidades de vida se integrem numa rede, partindo do local para cobrir o planeta inteiro; mas essa articulação passa pelos “serviços” mútuos (que, em forma de reciprocidade solidária gratuita, podem assumir a forma de um potlatch planetário), prestados entre elas numa relação de co-administração das coisas, que impede que qualquer uma delas se eleja como opressora de outra. Como essa relação resulta de consensos argumentativamente estabelecidos, acontece que qualquer abordagem-organização sistêmica passa pelo crivo da história que os seres humanos constroem na medida em que se autoproduzem e que, como tal, resulta, mesmo que haja “funcionalidade sistêmica”, da livre decisão, sempre renovável, de cada indivíduo e de cada comunidade. O que se

propõe no Ecomunitarismo é alguma coisa assim como uma “ONU das comunidades”, na qual todos os mecanismos de opressão militar, assimetria comunicativa e dominação econômica existente na atual ONU sejam suprimidos na fraternidade planetária.(VELASCO, 2003, p. 95)

Quando observamos as raízes profundas da Teoria Ecomunitarista, torna-se óbvio o comprometimento ético com as questões socioambientais.

A teoria Ecomunitarista desenvolvida por Velasco é de suma importância não somente pela crítica que faz ao trabalho alienado no capitalismo, mas também por propor um viver totalmente diferenciado do atual, em que não haja oprimidos e sim, seres em eterno processo de libertação solidária. O pensamento coletivo sobrepõe-se ao individual, porque no pensamento individual da proposta Ecomunitarista requer-se do indivíduo um pensar ético, “O que devo fazer”?, colocando-lhe um eixo norteador em prol de si e dos outros. Freire (1995, p.40), no seu livro “A sombra desta Mangueira”, dizia que é preciso reinventar o mundo. E essa reinvenção também é pensada por Velasco, baseando-se na construção de uma visão Ecomunitarista. Velasco afirma que:

O nosso dia-a-dia está tão recheado de capitalismo que se constitui numa necessidade vital da respiração saudável, imaginarmos a rotina do outro mundo possível que postulamos com nossa concepção de educação ambiental (EA).(VELASCO, 2008, p.167)

A proposta Ecomunitarista, baseada nas três normas da ética, viabiliza uma série de dimensões ecomunitaristas desde uma economia ecológica solidária, uma pedagogia problematizadora (tanto para educação formal e informal), uma erótica da libertação, uma política para todos, até uma proposta de comunicação simétrica e horizontal distinta da comunicação assimétrica baseada em ordens.

Na *economia ecológica* solidária, segundo Velasco (2003, p. 85), vemos que a produção Ecomunitarista realiza-se única e exclusivamente com base em matérias-primas e energia ao mesmo tempo renováveis e não poluentes ou, pelo menos, causadoras de uma poluição reversível. Essa produção integrada, como parte de sua atividade permanente, a reversão de seus efeitos degradantes sobre a natureza e a reciclagem de todos os seus resíduos. Dessa forma, tem-se uma sociedade totalmente diferente da sociedade de consumo atual, pois a sociedade de

hoje alicerçada no capitalismo, interfere negativamente na vida do ser humano e da Terra.

Velasco, ao posicionar-se sobre a lógica do lucro diz que:

Na lógica do lucro sacrifica-se a saúde humana na angústia do desemprego e da pobreza ou na jornada estressante, a violência mata todo dia (pelo petróleo, a cor da pele ou o par de tênis do vizinho, ou ainda pela droga, a briga de casal, ou trânsito), o ar fica irrespirável nas grandes cidades e as florestas sofrem as conseqüências da sede de ganância e da chuva ácida, o efeito estufa e o buraco na camada de ozônio modificam perigosamente o clima e aumentam a incidência do câncer de pele, os rios e mares são diariamente envenenados com ingentes cargas de matérias tóxicas (em especial agrotóxicos), que antes de chegar a eles poluíram as terras e as pessoas. Por tudo isso o capitalismo transformou-se em algo mais que uma ameaça às riquezas: passou a ameaçar a vida no planeta inteiro. O capitalismo realizou o milagre de inverter a tal ponto as relações que quer nos fazer acreditar que o ser humano deve se amoldar à Economia, e não o contrário. Mais um absurdo a ser questionado. Para dar conta dessa imensa tarefa a EA precisa (e resumo ao meu modo a pretensão da conferência de Tbilisi) abranger conjuntamente a ética e as áreas do conhecimento e das habilidades; todas elas visam um novo comportamento. No meu entendimento a ética capaz de pedir-obter adesão universal (independentemente de credo religioso ou a priori ideológico) é a das três normas. (VELASCO, 2008, p. 176-7)

Educação Ambiental Ecomunitarista é um guia para ação, pois os seres humanos encontram-se perdidos como se andassem em círculos, mesmo tendo as melhores intenções. Velasco, ao pensar sobre os jovens de hoje, diz que eles estão massacrados por um sistema e sociedade capitalistas que os impedem de exercitar aquilo que aprenderam. Exige-se desses jovens que estudem cada vez mais, se ocupem e se instrumentalizem para depois, num futuro bem próximo, negar-lhes a própria cidadania. Velasco (2008, p. 13) define a educação ambiental como sendo a educação problematizadora (no sentido de Paulo Freire), fundamentada na ética argumentativa e orientada rumo ao Ecomunitarismo.

O capitalismo faz com que se criem falsas necessidades, gerando uma série de valores distorcidos que inviabilizam o viver tanto individual como coletivo. O mundo necessita de que a “família humana” (VELASCO, 2008, p. 20) supra suas necessidades de forma equilibrada e sustentável.

Para que ocorra a reconciliação fraternal entre seres humanos, é necessário que:

A reconciliação fraternal entre seres humanos significa a constituição histórico-real do gênero humano, que deixa assim de ser uma simples figura lógico-lingüística, para designar uma única família composta de diversidades, onde os membros cooperam entre si com vistas à plena realização de cada um; isto significa que cada ser humano deve receber do esforço conjunto da família humana tudo aquilo que supra as suas necessidades; o limite destas necessidades é marcado pelo acordo consensual entre os seres humanos e pela exigência de um intercâmbio produtivo sustentável com o restante da natureza. Este último é sinônimo de uma economia preferencialmente baseada em recursos renováveis a escala humana (como no plano energético o são as fontes solar e eólica), capaz de zelar pela permanente redução, reutilização e reciclagem dos recursos e resíduos (as “Três R”) até os limites últimos da tecnologia e da física; além da prática das “três R”, é bom frisar que os resíduos, já reduzidos em quantidade, terão que ter ao máximo caráter biodegradável e/ou passar pelos processos de tratamento capazes de eliminar ou pelo menos minimizar os seus efeitos poluentes. Neste contexto a educação ambiental consiste num mútuo conscientizar-se, feito de reflexão e ação, visando à construção dessa ordem sócio-ambiental sustentável de reconciliação planetária. (VELASCO, 2008, p. 20-1)

A educação, segundo Velasco (2008, p. 39) deve ocorrer com base em uma *pedagogia problematizadora* (tanto para educação formal quanto para a informal) ou pedagogia da libertação. Ela caracteriza-se por:

- colocar os instrumentos da cultura erudita a serviço da conscientização-mobilização dos oprimidos em luta para superar o capitalismo e alcançar uma ordem comunitária; tomar como ponto articulador da ação pedagógica, as questões ligadas à vida e à luta dos oprimidos em todos os níveis da realidade; estabelecer vínculos mútuos entre a cultura “erudita” e a “popular”; superar a contradição educador-educando, propiciando a construção dialógica do conhecimento vivo (vinculado ao dia-a-dia e alicerçado na investigação e na reflexão, numa dinâmica em que ambos sejam educandos-educadores porque são sujeitos desveladores da realidade social, engajados na sua transformação socioambiental libertadora);
- combater pela crítica e a autorreflexão, o fatalismo e o assistencialismo e apostar na capacidade de luta dos e com os oprimidos, para melhorar as nossas vidas e para, em última instância, superar o capitalismo;
- defender (e buscar aplicar no dia-a-dia) a tomada democrática das decisões e visar à superação da disciplina verticalmente imposta pela autodisciplina consensualmente estabelecida e avaliada.

Para Velasco, a Pedagogia da Libertação, ao ser abordada em ordem ontogenética, deve começar pela educação familiar.

Para colocar em prática a Educação Ambiental Ecomunitarista na educação formal, segundo Velasco, ela deverá seguir o seguinte processo:

a) Vincular os conteúdos a problemas sócio-ambientais da vida dos alunos e dos brasileiros nas áreas de: alimentação, saúde, moradia, higiene, trabalho e ecologia, reservando espaços para discutir essas questões sem medo de se afastar do "conteúdo específico", b) promover a pesquisa coletiva e individual, devendo o professor exercer o papel de "auxiliar de planejamento, observação, elaboração de hipóteses, testes das mesmas e elaboração de resultados" numa atividade que visa a "re- descoberta" - "re- construção" dos conhecimentos mediante a reflexão dialogada, c) sair para trabalhos de campo e/ou criar espaços, mesmo que modestos, na própria escola ou instituição educativa, voltados para atividades de pesquisa descritiva ou experimental (sem descuidar da pesquisa bibliográfica, hoje facilitada pela Internet), d) dialogar na escola (instituição educativa) e/ou "in loco" com conhecedores (escolarizados ou não) do tema em estudo, visando à integração entre os conhecimentos "técnicos" e as suas implicações sócio-humanas. (VELASCO, 2008, p. 474)

E continuando o seu pensamento crítico/reflexivo Velasco diz que:

e) a partir do trabalho coletivo e das sistematizações elaboradas com a ajuda do professor e de conhecedores, promover ações voltadas para a informação e a busca de soluções para problemas sócio-ambientais existentes na escola ou instituição educativa, no bairro desta, no bairro de residência dos alunos e/ou na comunidade onde for realizada a pesquisa. Uma hipótese básica de tal proposta é a de que, mesmo se assumindo como "dados" os atuais conteúdos curriculares, uma EA ecomunitarista, assim como foi definida acima, pode ser posta em prática, no dia-a-dia, das diversas disciplinas e/ou atividades. Assim pensamos numa proposta que não possa ser impugnada desde a "legalidade" vigente (particularmente no que tange aos conteúdos dados como pré-requisitos programáticos para a série seguinte) e que seja realista, isto é, aplicável em qualquer escola no que diz respeito aos recursos utilizados; não há carência de recursos que possa resistir à clareza teórica, à boa vontade e à imaginação do educador engajado na pedagogia problematizadora. (VELASCO, 2008, p. 474)

Velasco (2008, p. 179) assume que, para termos um mundo pacífico, a Educação Ambiental não pode fugir ao combate, pois, para ele, isso significaria abandonar o terreno para que os vampiros sem função ecológica - que são os donos do mundo hoje - tomem conta de todo o processo. A EA Ecomunitarista deve desenvolver um trabalho de forma integrada junto ao ensino\ aprendizagem da sala de aula e à ação comunitária.

O desvelamento de questões relativas à sexualidade de uma forma simples, contextualizada e original ao mesmo tempo, é parte inerente da proposta de EA Ecomunitarista. Essa dimensão aborda uma *erótica da libertação*, pois acredita em uma educação sexual que eduque para o prazer compartilhado, conforme as três normas fundamentais da ética. Essa educação haverá de criticar-superar o machismo, a culpabilização da masturbação e a discriminação das/dos homossexuais.

Na erótica da libertação, temos as três normas da ética Ecomunitarista atuando reciprocamente. Um exemplo nítido ocorre quando Velasco, referindo-se ao relacionamento homem e mulher, salienta que esse encontro deve seguir a liberdade de escolha, negando o machismo, já que a mulher também tem o direito de escolher se quer ou não participar desse vínculo erótico, o consenso de ambos é que viabiliza a troca recíproca de carinhos, sexualidade com o próprio vínculo erótico e o cuidado com a saúde dos envolvidos é o que garante a preservação da natureza humana. Assim sendo, tem-se as três normas da ética vivenciadas na íntegra.

Em relação à homossexualidade, Velasco diz que:

Quando se analisa exclusivamente a situação dos indivíduos diretamente implicados, nada do estabelecido pelas duas primeiras normas da ética autoriza a discriminar um vínculo homossexual no universo das relações heteroéticas. À luz dessas normas, tanto faz se os “parceiros” são do mesmo ou de diferentes sexos. Com essa visão nos separamos da condenação freudiana do homossexualismo, catalogado como doença merecedora de tratamento médico-analítico. Assim como na relação heterossexual, o que conduz à luz daquelas normas é o grau de liberdade individual de decisão como o consenso livre e argumentativamente estabelecido são, nesse caso, os mesmos que pesam sobre qualquer vínculo heterossexual. (VELASCO, 2003, p. 206)

Velasco (2003, p. 208-9-10) sugere as seguintes condutas para ajudar os pais na orientação sexual de seus filhos:

- Os pais não têm por que ocultar a seus filhos suas partes genitais nem fazer mistérios sobre o seu uso,
- Desde a mais tenra infância, contextualizar o vínculo sexual dentro do universo do predicado pelas duas primeiras normas da ética,
- Na educação formal, o indicado seria trabalhar com as duas idéias recém esboçadas (por ora com a única restrição ao exercício da nudez naturalmente vivida);

- No caso dos adolescentes, os quais ingressam no exercício heteroerótico da sexualidade genital, deve somar-se às práticas anteriores.

Explicando melhor essas condutas tem-se que:

Na primeira conduta, os pais não devem ocultar de seus filhos partes genitais, devendo ocorrer explicações de acordo com a idade, isto é, de acordo com o interesse das crianças, os pais devem responder questões sobre a curiosidade da gestação e do próprio nascimento da criança. Ao responder com maturidade e naturalidade, passa-se para as crianças segurança e respeito aos seus anseios e, dessa forma, evita-se a fixação obsessiva às questões sexuais.

Na segunda, conduta deverá ocorrer o respeito à liberdade de decisão individual e o consenso livre de poder definir qualquer questão de caráter sexual em relação à sua relação com outro.

Na terceira conduta, deverá ocorrer o cuidado de não se fazer uma apologia ao nudismo em sala de aula, até porque a ética da libertação não prega tal conduta. Nas escolas latino-americanas, o espaço de orientação sexual reduz-se a explicações sobre os aparelhos reprodutores femininos e masculinos, deixando de lado questões importantes como a masturbação masculina e a feminina sem debate e explicações. O autoerotismo tem um papel fundamental no amadurecimento e, ainda, na vivência adulta da sexualidade.

Na quarta conduta, no caso dos adolescentes, não poderão faltar as sessões de vídeo, em que a partir de filmes eróticos, diferentemente dos pornográficos, viabilizem-se as discussões e a vivência concreta do heteroerotismo, assim como deverão ocorrer explicações e discussões a respeito das responsabilidades diante da paternidade-maternidade, dos métodos anticoncepcionais e das proteções indispensáveis à precaução de doenças sexualmente transmissíveis, como é o caso da AIDS, na atualidade.

Dessa forma, é oportunizada a vivência de uma sexualidade segura e livremente consentida.

Para os adultos, Velasco diz que:

Aos mesmos mecanismos descritos antes para crianças e adolescentes, podemos acrescentar o uso de sessões de análise e de cursos interativos veiculados por meio da televisão, enriquecida pelos meios informáticos. Ambos podem fazer parte de atividades promovidas ou apropriadas por centros de trabalho, clubes sociais ou organizações de bairro e conduzidas por psiquiatras, psicólogos e analistas, capazes de orientar e dar incentivo ao candidato à reeducação. (VELASCO, 2003, p. 210)

Dentre esses importantíssimos seguimentos teóricos Ecomunitaristas, encontramos, na proposta de Velasco, um olhar especial para a organização de uma *política para todos*. Nessa proposta, Velasco salienta a importância da superação da dicotomia entre dirigentes e dirigidos. Cada indivíduo deverá poder decidir com liberdade e, desse modo, organizado e politizado, buscar o consenso para ajudar a si e a todos ao mesmo tempo, bem como preservar a natureza não-humana.

As três normas da ética Ecomunitarista embasam, com esse enfoque, segundo Velasco (2003, p. 235), uma política diferenciada e participativa. Para tanto, é fundamental que ocorra a formação de cidadãos capazes de desvelar criticamente e transformar para melhor (em qualidade) a trama das relações econômico-políticas nas quais as suas vidas estão inseridas.

Na atualidade, temos uma comunicação assimétrica que inviabiliza a participação real dos indivíduos e, ainda de forma silenciosa e manipuladora, controla o pensamento do povo, paralisando o pensamento crítico e criativo dos envolvidos nesse processo. Existe no ar uma falsa democracia, em que os membros dessa sociedade capitalista iludem-se com uma falsa liberdade de expressão e participação.

Nesta comunicação assimétrica baseada em ordens, temos que:

Todo dia a TV invade a casa de cada família para decretar que outro mundo não é possível porque "o mercado" determina isto ou aquilo, ao tempo que nas escolas e Universidades, inclusive mestres bem intencionados insistem para que seus alunos compreendam que devem se preparar para competir no "mercado". Mas o que é o mercado senão o conjunto de relações produtivo-de-consumo entre as pessoas que escaparam ao seu controle e gestão? Ou seja, aquele discurso da TV e dos educadores significa que é normal e conveniente que a humanidade seja escrava das suas invenções interativas e não a gestora das mesmas. (VELASCO, 2008, p.177)

Velasco (2003, p. 277) salienta que nessa comunicação assimétrica não se deve ficar parado diante desse processo manipulador e aniquilador de mentes pensantes. Para isso, sugere que não se faça um boicote, mas que se tenha uma atitude inteligente, crítica, criativa e desveladora desse processo, utilizando-se de articulações pacíficas como aquelas promovidas por Mahtma Gandhi, porém invasivas, como as praticadas pelo Greenpeace.

Na *comunicação simétrica e horizontal*, segundo Velasco, deve-se ter uma comunicação contra o domínio da grande mídia, na qual todos possam exercer sua opinião e trocar informações também entre si; dessa forma, desenvolvendo-se e respeitando a natureza humana e não-humana. Tem-se, desse modo, as três normas da ética Ecomunitarista baseadas na formulação argumentativa: “O que devo/devemos fazer?”. A liberdade, o consenso e o respeito às naturezas humana e não-humana são alicerces fundamentais dessa comunicação simétrica e horizontal.

No livro *Ucronia*, publicado em 2009, Velasco faz uma crítica ao capitalismo e à atual forma de ver e viver o mundo. E, em resposta à brutalidade vivida pelos habitantes da Terra, apresenta uma utópica e desejada sociedade, baseada no respeito, na cooperação e no entendimento de que, somente vivendo como uma corrente sem elos fracos é que alcançaremos o bem maior que é a paz de espírito para conosco e com o meio.

Segundo o autor, no capítulo que se refere “A terra de hoje e a Educação Ambiental (EA)”, tradução e interpretação minha e de Josiane Alanis Born; hoje sabemos que como dizia Marx (em *O Capital*), o capitalismo arruína as duas fontes de riqueza: o ser humano e a terra. Na lógica do lucro se sacrifica a saúde humana, na angústia do desemprego e da pobreza, ou na jornada estressante, a violência mata todos os dias (pelo petróleo, pela cor da pele, ou pelos sapatos do vizinho, ou pela droga, pelas brigas domésticas ou de trânsito), o ar é irrespirável nas grandes cidades, e as florestas sofrem as consequências da sede de ganância e da chuva ácida, o efeito estufa e os buracos na camada de ozônio modificam perigosamente o clima e aumentam a incidência de câncer de pele, os rios e mares são diariamente envenenados com restos de cargas de produtos tóxicos (em especial agrotóxicos), que, antes de chegar até eles, por tudo isso contaminam a terra e as pessoas. Por tudo isso o capitalismo se transformou em algo além de uma ameaça às riquezas: passou a ameaçar também a vida no planeta inteiro.

Velasco diante dessa postura crítica e ética sobre o nosso viver no planeta Terra, então sugere uma série de mudanças possíveis que viabilizarão uma ação social\ambiental\ética transformadora a saber:

Habitação

- Habitações em sistema de residenciais (condomínios) onde tudo é comunitário. Água do banho aquecida com placas solares, instaladas no teto, com reaproveitamento com uso da mesma energia até que a água não esteja apta para o banho e seja utilizada para funções menores como: lavar roupas e pisos. Tal sistema é aproveitado em todas as necessidades de água das residências. O que não pode ser usado em funções de primeira necessidade, é transferido para usos menores. Cozinhas com instrumentos alimentados por baterias do edifício carregado com energia eólica (submetidas de tempos em tempos, a reparações onde os componentes, inclusive a solução química, são trocadas e recicladas). Rádios e relógios solares. Casas equipadas com microrreceptores que comandam cada um dos utensílios domésticos e, são acionados e desligados por simples gestos. Banheiros equipados com sistema biodigestor seco, onde a terra é esvaziada periodicamente para o devido processo de reciclagem-reutilização. Residências comunitárias planejadas e utilizadas conforme a necessidade e tamanho de cada família, observando ainda o lugar das tarefas diárias, assim como o menor tempo e distância de deslocamento, ou seja, são utilizadas e trocadas tantas e quantas forem precisas. Não há fechaduras ou trancas nas residências, nada de portões. Jardins comunitários, playgrounds, piscinas cuidados/mantidos pelos moradores de cada residencial. Pratos, copos e utensílios de madeira, redução do uso do vidro ao mínimo indispensável, o plástico biodegradável utilizado somente se extremamente necessário. Tudo planejado e organizado de maneira a tornar a vida o mais funcional e fácil possível.

Alimentação

- Balanceada por nutricionistas (dietéticos) de plantão, plantas silvestres, frutas, legumes e hortaliças orgânicos assim como os peixes criados em piscinas, são cultivados pelos habitantes (homens, mulheres, adultos e crianças), armazenados e distribuídos gratuitamente a todos, isto é, a produção das porções em sistema comunitário. Vacas em estábulos, também comunitários,

produzem leite (para os queijos e iogurtes). Os dejetos orgânicos são utilizados na produção de adubos para as hortas e jardins. Toda produção e atos que envolvem a alimentação são feitos em grupos, em restaurantes comunitários e/ou galpões, onde os alimentos são armazenados e distribuídos, conforme a necessidade de cada instituição. Cada setor recebe seu percentual necessário para o uso sem desperdício.

Trabalho e economia

- O trabalho da maneira como vemos hoje em dia não existe, as pessoas fazem o que querem, como querem e da maneira que satisfaça seu íntimo. Tudo é feito com intuito do bem comunitário e do melhor para o bem comum sempre levando em conta a satisfação de cada indivíduo da cadeia produtiva. Todo processo de gestão é feito em sistema cooperado com o nível de satisfação e produção sendo medidos através de assembleias onde todos têm o poder da palavra para uma melhor comunicação, sem o temido estresse. Nada é feito por obrigação, mas sim, por satisfação. Então a economia é baseada no sistema de cooperativismo e satisfação das necessidades de todos. Não é necessário dinheiro, pois somente se tem o que é necessário para a vida. Ninguém possui mais do que precisa e, portanto, não se busca adquirir e sim, ter o que se precisa para viver. Os valores são, de longe, os vividos no capitalismo.

Relacionamentos homens e mulheres

- Plurais mistos levam a marca do feminino como forma de banir o machismo. Todos os relacionamentos são liberados para ter a configuração que seus participantes julgarem satisfatória. Não são pregados apenas dois gêneros, as pessoas se autointitulam homem, mulher ou terceiro gênero. Relacionamentos são formatados com número impreciso de indivíduos e com qualquer formação de gênero, desde que, para a satisfação de todos, nada será julgado ou não permitido. Todos os indivíduos decidem quando querem constituir família e como essa estrutura se formará: adoção, concepção e/ou paternidade Esta abertura nas relações leva a paz a todas, tudo prima pela satisfação de cada ser. A prisão do estereótipo ideal não existe. Sexo é uma troca de prazer, feito com segurança e vontade. Relacionamentos são portos seguros para a evolução de cada indivíduo no meio.

Educação

- Preocupação principal com a realidade socioambiental. Constante busca da reflexão, da crítica e da transformação, da abertura de discussões sem exigência de termos, impossibilitando, assim temores de qualquer espécie de colocação, ocupando-se posteriormente de elevar estas discussões ao plano técnico necessário. Incentivo ao trabalho coletivo ao dialogo professor-aluno, como alavanca de reconstrução dos conhecimentos e posturas. Incentivo às ações promovidas por alunos com relação à escola, ao bairro do aluno, à sua cidade e ao país, assim como ao planeta, valorizando principalmente o planejado para produção-distribuição-consumo, urbanismo, higiene, alimentação, moradia, transporte, saúde, sexualidade e os demais temas de ecologia e/ou relevantes, motivando o pedido de apresentação de contas por parte dos administradores dos diversos níveis. Promover a mais diversa gama de debates com pessoas dotadas de experiências vitais ou especialização, particularmente as de interesse comum (produção- distribuição-consumo); realização de ações coletivas que visem implementar o estudado e pensado nos bancos acadêmicos; assim como em toda sociedade, a escola, a universidade têm o caráter de promover, incentivar e facilitar a pesquisa e a aplicação dos diversos projetos pensados por seus estudantes, incitados a saber mais, querer mais sem que estes estejam presos a amarras do capitalismo. Saber para o bem comum, crescer para o bem comum, apresentar o que deu errado, como exemplo, para que não mais ocorra.
Exemplo:

Como principais problemas haviam detectado a existência no bairro de um grupo de jovens que fumavam uma estranha erva que as deixava aturdidas por um tempo, a falta de cuidados para com as árvores e o jardim em um dos complexos habitacionais, e o atraso de algumas servidoras temporais daquele semestre no posto de saúde. (VELASCO, 2009, p. 32).

Educação sexual aberta, sem restrições; prática do nudismo em alguns momentos como forma de promover a desinibição e o reconhecimento de si e do outro; as diferenças tratadas com naturalidade, bem como a prática de apresentações de vídeos e de montagens de os assim chamados, juízos, para que os jovens apresentem/vivenciem o que não dá certo. Velasco salienta que:

As mães não têm motivo para esconder de suas filhas suas partes genitais nem fazer mistério quanto ao seu uso. Desde a mais tenra idade contextualizar o vínculo sexual, apresentações de sessões de vídeo onde a partir de filmes eróticos para com isto explicar e discutir a vivência concreta do heteroerotismo. (VELASCO, 2009, p. 33-34).

Política

- Tudo é feito através do diálogo, colocação de propostas, discussões/argumentações e plebiscitos tanto quanto necessário ao que se refere ao planeta; tudo feito em assembleia mediada por pessoas da sociedade. A TV comunitária tem suas pautas e gerações a partir de um sistema rotativo, contemplando e abarcando todas as regiões do planeta. Todos, a partir dos 12 anos, têm poder de voto e argumentação.

Saúde

- Com uma vida sem estresse e pressão e uma jornada de trabalho de 4h/d, a longevidade saudável é recorrente e a idade, em números, não é mais contada depois dos 100 anos, mas sim, comemoradas a cada ano a mais. Além disso, para o povo que não se consegue a cura, existem os ajudantes de plantão e os que buscam uma forma de melhorar a vida dos que padecem de alguma enfermidade. A comunidade contribui para uma melhor sobrevivência de cada indivíduo que sofre de alguma moléstia. A sesta é instaurada como um direito de cada indivíduo.

Meio ambiente

- O bem maior em torno do qual toda esta sociedade gira e é pensada, tudo vem do meio ambiente e retorna a ele. Nada é desperdiçado ou depredado, tudo pode e é transformado e/ou reutilizado, se não para o mesmo fim, para outro que seja viável. Esta estrutura social vive, apresenta e pensa o meio ambiente como a única forma de salvação e estruturação de uma sociedade saudável, e se organiza de forma cooperada para que a desintoxicação e a preservação do meio ambiente sejam a salvação não só do planeta, mas do homem em seu estilo de vida menos egoísta, centrado no prazer que o meio ambiente pode proporcionar .

Com todo esse entrelaçamento teórico, filosófico, educacional, socioambiental, a proposta Ecomunitarista consegue viabilizar a realização das três

normas da ética no dia-a-dia, pois quando se diz utópica, quer dizer, segundo Velasco que:

Quando se diz “utópica” quer se salientar o fato de que, embora sendo irrealizável no seu todo, o Ecomunitarismo é um indispensável horizonte-guia da ação cotidiana que nos indica em permanência qual deve ser o rumo da nossa caminhada. E como disse Eduardo Galeano, citando o intelectual argentino que criou essa ideia, quando se pergunta ‘para que serve a utopia?’, depois de constatar que ao avançarmos dez passos ela afasta-se mais dez, e ao avançarmos cem passos ela afasta-se mais cem, conclui-se que a utopia ‘serve’ precisamente para isso: para não cessarmos de caminhar. Não é por acaso que os donos do poder econômico, político, militar, cultural e mediático no capitalismo acolheram e acolhem com tanto calor o mito do ‘fim das utopias’ (e da história) pois o indivíduo ou grupo social que aceitar essa tese estará confessando que não há outro mundo possível para além do capitalismo [...]; por isso é fundamental e faz parte do projeto histórico de qualquer indivíduo ou grupo social o horizonte utópico que a cada dia repete: com esperança, muito saber, muita solidariedade, muito respeito para com a natureza não humana, e muita luta, outro mundo é possível... (VELASCO. 2008, p. 474).

Sendo assim, a proposta teórica, ética, ecomunitarista vem possibilitar e assegurar um viver equilibrado para todos os seres, autossustentável, transformador, ético, ecológico e revelador de novas oportunidades, como salienta Velasco (2003, p. 278) no Ecomunitarismo que “o dia-a-dia diz: que o indivíduo seja!”.

2 GRITOS DE VIDA

Nada surge por acaso. Quando conheci o livro de Marcos Reigota, “O que é Educação Ambiental?”, por dias, estive com a seguinte mensagem em meu pensamento:

“Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão as soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãos” (REIGOTA, 1994, p. 54)

Ficava interrogando-me internamente como poderia eu, enquanto educadora, possibilitar esse resgate de cidadania, de vida, de humanidade perdida. Em agosto de 1997, comecei as minhas atividades acadêmicas com o Projeto/Curso Eco Popular, coordenado por mim na UCPel, aberto à participação de acadêmicos, funcionários da Universidade, a profissionais da área de Educação Ambiental e Educação Popular, assim como à população em geral.

Nesse curso, foi-me possibilitado conhecer a educadora Ana Maria Silva que realizava um trabalho com catadores de papelão, pioneiro na cidade de Pelotas. Durante os trabalhos apresentados, Dona Ana, como assim era chamada por todos, cativou os participantes do curso com os relatos de suas experiências em Educação Popular.

Ao final do curso Eco Popular, fui convidada, por amigos de dona Ana, catadores, a conhecer a comunidade que morava debaixo da ponte. Começou, nesse instante, o meu diálogo solidário com a comunidade.

Creio que mais do que isso, deu-se, naquele instante, o envolvimento também do coração, da afetividade, da amorosidade, já que, ao me envolver com essa comunidade e moradores, eu não poderia ser somente profissional e racional. Havia, naquele momento, colocado também todo o meu ser. A afetividade instalou-se como a raiz de uma esplendorosa figueira. Nesse dia, havia ocorrido uma enchente e os moradores estavam em pânico.



Figura 2: Menina Karina olhando com tristeza a inundação no seu barraco\1998.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

Após ter percorrido toda a comunidade e conhecido a realidade socioambiental, coloquei-me   disposição para pensarmos, juntos, alternativas na busca de soluções para a problemática socioambiental.

Ao me dirigir para a saída da comunidade, um grupo de senhoras pediu-me para falar em particular. Falavam todas juntas, estavam muito ansiosas e pediam ajuda em relação   questão das drogas na comunidade,   violência contra a mulher, a roubos, enchentes constantes, desemprego, uma infinidade de problemas socioambientais.

Possibilitar o diálogo/ponte é fundamental, pois, segundo Paulo Freire, esse é o primeiro suporte integrador e possibilitador para o desvelamento da realidade; enfim, de um entendimento real desse processo existencial.

[...] el diálogo no puede existir sin un amor profundo por el mundo y por los hombres. Nombrar al mundo, que es un acto de creación y de re-creación, no es posible sin estar impregnado de amor. El amor es, al mismo tiempo, el fundamento del diálogo y el diálogo mismo...el amor es compromiso hacia los demás hombres. (FREIRE, 1974, p. 90).

Em 1998 em uma das aulas de Educação Ambiental para o Bacharelado em Ecologia UCPel, resolvi compartilhar, com os discentes, tal inquietude e convidá-los a conhecer essa realidade socioambiental. Alicerçada nos ensinamentos do educador Sírío Lopez Velasco, ocorreu o início desse processo interligador, de ação sócio\ transformadora .

Para colocar em prática a Educação Ambiental Ecomunitarista na educação formal, segundo Velasco, deve-se seguir o seguinte processo:

a) Vincular os conteúdos a problemas sócio-ambientais da vida dos alunos e dos brasileiros nas áreas de: alimentação, saúde, moradia, higiene, trabalho e ecologia, reservando espaços para discutir essas questões sem medo de se afastar do "conteúdo específico", b) promover a pesquisa coletiva e individual, devendo o professor exercer o papel de "auxiliar de planejamento, observação, elaboração de hipóteses, testes das mesmas e elaboração de resultados" numa atividade que visa à "re- descoberta" - "re-construção" dos conhecimentos mediante a reflexão dialogada, c) sair para trabalhos de campo e/ou criar espaços, mesmo que modestos, na própria escola ou instituição educativa, voltados para atividades de pesquisa descritiva ou experimental (sem descuidar da pesquisa bibliográfica, hoje facilitada pela Internet), d) dialogar na escola (instituição educativa) e/ou "in loco" com conhecedores (escolarizados ou não) do tema em estudo, visando à integração entre os conhecimentos "técnicos" e as suas implicações sócio-humanas. (VELASCO, 2008, p. 474)

E dando continuidade ao seu pensar, Velasco ainda reafirma que:

e) a partir do trabalho coletivo e das sistematizações elaboradas com a ajuda do professor e de conhecedores, promover ações voltadas para a informação e a busca de soluções para problemas sócio-ambientais existentes na escola ou instituição educativa, no bairro desta, no bairro de residência dos alunos e/ou na comunidade onde for realizada a pesquisa. Uma hipótese básica de tal proposta é a de que, mesmo se assumindo como "dados" os atuais conteúdos curriculares, uma EA ecomunitarista, assim como foi definida acima, pode ser posta em prática, no dia-a-dia, das diversas disciplinas e/ou atividades. Assim pensamos numa proposta que não possa ser impugnada desde a "legalidade" vigente (particularmente no que tange aos conteúdos dados como pré-requisitos programáticos para a série seguinte) e que seja realista, isto é, aplicável em qualquer escola no que diz respeito aos recursos utilizados; não há carência de recursos que possa resistir à clareza teórica, à boa vontade e à imaginação do educador engajado na pedagogia problematizadora. Parte inerente a essa EA ecomunitarista é uma educação sexual que eduque para o prazer compartilhado e conforme as três normas fundamentais da ética. Essa educação haverá de criticar-superar o machismo, a culpabilização da masturbação e a discriminação das/dos homossexuais. (VELASCO, 2008, p. 474)

Pela primeira vez, os discentes puderam ver, sentir e se posicionar de fato, sobre a realidade sofrida pelos moradores da ponte que liga as cidades de Pelotas e Rio Grande/RS, situada às margens do canal Santa Bárbara, na BR 392.

A realidade dessa comunidade era muito sofrida, pois fome, frio, desemprego, falta de moradia adequada, enchentes constantes, desesperança, doenças, falta de luz e água faziam parte do seu dia-a-dia. As crianças viviam sujas, com poucas roupas, muitas feridas pelo corpo todo, doenças variadas e crônicas, com fome, participando como adultos no trabalho de catação do lixo ou na pesca. Muitas dessas crianças tinham que, desde cedo, assumir a responsabilidade da casa e o cuidado com os irmãos menores.



Figura 3: Barraco onde morava Karina com sua mãe e seus irmãos.\1998.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

A violência e os desajustes emocionais presentes nesse contexto acarretavam um convívio desarmônico e instável entre as famílias. A gravidez na adolescência era considerada normal diante dos abusos sexuais que as jovens sofriam, muitas vezes, pelos próprios familiares e vizinhos.

É importante ressaltar que a família não é o único meio pelo qual se pode contribuir para a socialização consciente, crítica, equilibrada e criativa dos indivíduos. Entretanto, Vitale, em um artigo do livro “A família contemporânea em debate”, organizado por Carvalho, afirma que a família é, sem dúvida:

‘Um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. A família constitui-se uma das mediações entre o homem e a sociedade. Sob este prisma, a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo. (VITALE, apud CARVALHO, 2000, p. 90)

Mas, afinal, o que é família?

Qual é o critério para se definir (caracterizar, dizer o que é, conceituar) uma família dentro daquele contexto? Era preciso analisar, a fundo, o tipo de família que essa comunidade constituía, questionamentos afloravam a todo instante, tais como:

- Quais eram as aspirações desse grupo familiar?
- Como se percebiam enquanto família?
- Quem liderava as relações dentro desse contexto familiar?
- Qual era a característica dessa liderança?



Figura 4: Primeiras entrevistas\1998.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Somente após muita reflexão, entrevistas e discussão sobre o assunto é que começamos a dar início à proposta de trabalho.

Nesse processo de reconhecimento de espaços, tanto mulheres como crianças e idosos geralmente sofriam as consequências de um desajuste estrutural econômico, educacional, ambiental, social. A falta de lazer ou de um lugar para que pudessem se descontraír, através de atividades esportivas ou lúdicas, era também um fator determinante para o acréscimo dessa situação de desequilíbrio emocional.

Além desse fato, o local no qual estavam morando, era causa de críticas, feitas pela comunidade e autoridades Pelotenses, por ser um lugar inadequado para habitação. Pois, ao usufruir daquele espaço, os moradores da Comunidade contribuíam com o aumento da poluição junto ao canal Santa Bárbara, pelo lixo acumulado ao redor de suas casas. Dessa forma, geravam uma situação de desequilíbrio ambiental.

Os discentes, então, apresentaram-se; foram brincando com as crianças e, de forma bem descontraída, buscavam um diálogo solidário com os adultos.



Figura 5: Crianças brincando com a discente de Biologia Adriana Arruda\1999.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

Nessa ocasião, algumas pessoas também começaram a se apresentar como voluntários para exercer alguma atividade dentro do Projeto Ecomunitarismo. Paulo Ricardo Granada Corrêa da Silva foi um desses voluntários; ele, ao escrever sua dissertação de Mestrado em Educação Ambiental/FURG, entrevistou a líder dos pescadores, Gracinda Feijó, e perguntou como era a comunidade São Gonçalo antes do Projeto Ecomunitarismo, recebendo a seguinte resposta:

Como eu já explicava, não é, ela era uma comunidade separada. Ela tinha as antigas balanças do Trevo era os papeleiro, da antiga balança da ponte era os pescadores. Então a gente não tinha uma convivência, não se conversava, não se tinha amizade, por causa que era nós pescadores a gente era muito contra o jeito de vida deles. Que a gente achava errado aquilo ali, por causa que tinha muito traficante ali dentro, tinha muita droga rolando, a gente sentia aquilo, a gente tinha medo dos nossos filhos se envolver com aquilo. Dava muito tiroteio ali, muita briga de faca, então a gente não se misturava. Ai depois que a professora Jara foi pra lá e tudo, ela começou a juntar o pessoal, começou a fazer o pessoal entender. Quando a Jara chegou lá ela fez um trabalho e juntou os dois lados. Ela juntou o pessoal na brincadeira que ela fez foi que ela conseguiu juntar o pessoal, né. E dali ela começou a fazer trabalhos nos dois lados da comunidade. Como ela dizia vamos juntar o norte com o sul e começou a unir o pessoal. Mas sempre tinha um que, eles achavam que nós era cheio. Aí, um dia conversando com a outra líder que tinha ela disse: Não é que

eles sejam cheios, é o jeito da gente que é assim. Por causa que nós tava sempre cuidando, cada vez que tinha reunião lá na casa, elas chegavam lá na casa e diziam tu é cheia, tá tudo sempre bem arrumado, bem limpo. Não é, eu fui criada neste ritmo eu disse pra ela. Não é porque eu sou pobre que eu tenho que ser relaxada. Aí ela ficou de mau comigo, que eu tinha chamado ela de relaxada. Eu disse: eu não chamei ninguém de relaxada, eu só tô te explicando. Aí a Jara conseguiu acalmar. Aí a Jara conseguiu conscientizar eles, fizeram ela ficar consciente de que não era porque eles ficavam ali, trabalhavam com o lixo que eles tinham que deixar aquele lixeiro na volta da casa. (CORRÊA, SILVA, 2006, p. 152)

A líder Gracinda Feijó, para finalizar sua fala, ainda expressou que:

Aí conseguiram trazer o quartel, mobilizar boa parte da comunidade pelotense pra ir lá ajudar e tudo. Fazer um mutirão de limpeza e tudo. Nós fomos lá pro Trevo e ajudamos a limpar e tiremo caminhões e caminhões de lixo. Aí conseguiram dar uma boa limpada naquilo lá. Quer dizer que antes do projeto era praticamente a imundice e depois que o projeto entrou aí foi melhorando bastante. (CORRÊA, SILVA, 2006, p. 152)

O projeto Ecomunitarismo, a cada dia, recebia novos integrantes voluntários, em princípio discentes oriundos de diversos cursos da Universidade Católica de Pelotas (UCEPel). Como já havíamos começado anteriormente um diálogo com os moradores da comunidade, pedimos permissão para dar início ao Projeto Ecomunitarismo. Os moradores dos dois lados da comunidade aceitaram e, todos os sábados, nos reuníamos para desenvolver brincadeiras com as crianças e adolescentes.

Os adultos ficavam de início, somente olhando de longe, mas aos poucos, começaram a participar. Assim, em um sábado ensolarado, convidamos os adultos para participar de uma gincana.



Figura 6: Primeira gincana com a comunidade\1998.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

Aos poucos os discentes foram conhecendo mais sobre os moradores e sua realidade socioambiental. Havia discentes um tanto perplexos com tudo que estavam vendo e ouvindo. Começava, naquele momento, um desvelamento interno e externo de identidades, de existência.

As identidades parecem inovar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver com a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como esta representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios. (HALL, 1999, p. 109)

O discente Leonardo Vieira em diálogo/entrevista mostrou-se preocupado, em virtude de os moradores não se sentirem doentes, apesar da sarna, do piolho, do

bicho de pé, de hepatites, de doenças de pele, de diarreias de que eram portadores. Então, pedi-lhe que perguntasse aos moradores o que era doença para eles.



Figura 7: Barraca onde estavam morando seis pessoas\1999.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Para a surpresa do discente, os moradores consideravam que doença era estar louco ou quase morrendo em cima de uma cama. Neste instante, não só Leonardo, mas a turma toda percebeu a diferença das palavras, das ações, das reflexões, enfim, a diferença entre os nossos valores e os valores daquela comunidade. Cyrino (1987) alerta que, desde a infância, adotamos opiniões, crenças e valores responsáveis pela formação de nossa mentalidade.

Segundo Pedro Demo (1994) tanto pobreza como a superação desses horrores implica uma decisão política.

Entretanto pobreza não se restringe ao problema da carência material, percebido através da fome sobretudo. Olhando bem as coisas, nossa visão comum de pobreza é muito 'pobre'. De um lado, ficamos apenas com a manifestação física, material, deixando de lado a 'pobreza de espírito'. De outro, ignoramos aquilo que é marcadamente seu cerne: o fundo político da marginalização opressiva. Pobreza é o processo de repressão do acesso às vantagens sociais. No fundo, pobreza é injustiça, o que leva a ressaltar, por outro lado, a necessidade da consciência política da pobreza. O pobre mais pobre é aquele que sequer sabe que é coibido de saber que é pobre. (DEMO, 1994, p. 19)

No início, tanto eu quanto os discentes éramos rotulados por sonhadores, idealizadores, utópicos, assistencialistas e até antiambientalistas, pois, segundo muitos ambientalistas, nós estávamos contribuindo para a permanência daquelas pessoas em local proibido ambientalmente. Contávamos com apoio de discentes, oriundos de diferentes cursos da UCPel: Ecologia, Biologia, Serviço Social, Psicologia, Direito, Medicina, Informática, Pedagogia, Letras, Filosofia.

Todo esse processo começou a inquietar muitas pessoas e chefes de Escolas, pois a UCPel era formada por escolas na época. O projeto não possuía nenhum recurso financeiro. A maioria dos discentes que nos procurava não se importava por não ganhar conceito/nota; eles, simplesmente, queriam participar de algo que os encantava e, conforme a própria fala deles, "tudo isso os fazia sentirem-se vivos", fazendo parte de algo especial: a tal "cidadania".

Cyrino e Freire, de uma forma simples, objetiva e sempre com eco de eterna verdade, fazem-nos pensar que:

"Ao manifestar-se consciência, o ser humano torna-se sujeito de conhecimento e de ação, deixando de ser coisa entre coisas, bicho entre bichos, perdido na promiscuidade cósmica" (CYRINO, 1987, p. 11)

O que pode também ser entendido como:

É como homens que os oprimidos têm de lutar e não como coisas. É precisamente porque reduzidos a quase coisas, na relação de opressão em que estão, que se encontram destruídos. Para reconstruir-se é importante que ultrapassem o estado de quase coisas. Não podem comparecer à luta como quase coisas para depois serem homens. [...] A luta por esta reconstrução começa no auto reconhecimento de homens destruídos. (FREIRE, 1974, p. 55)

Estudávamos fora do horário da Universidade, fazíamos reuniões em feriados, finais de semana, férias, na casa dos discentes e docentes.



Figura 8: Discentes assistindo ao vídeo sobre a comunidade\1998.

Fonte: Arquivos do projeto Ecomunitarismo

A cada encontro, mais adeptos integravam-se ao Projeto Ecomunitarismo, inclusive discentes de outras universidades, como da UFPel (Educação Física) e FURG (Pedagogia). O projeto recebeu o nome de ECOMUNITARISMO em homenagem a Sírío Velasco, professor da FURG e escritor do livro “Ética de la liberacion” (OIKO-NOMIA) em 1996. Educador e seguidor de Paulo Freire, ele vem há muitos anos dedicando-se a evitar todas as formas de opressão sofrida pelos menos favorecidos, os ditos excluídos socioambientalmente.

Segundo Velasco, Ecomunitarismo é:

Chamo de ECOMUNITARISMO o regime comunitário pós capitalista capaz de organizar as relações produtivas inter-humanas entre os seres humanos em geral e entre estes e a natureza, conforme as normas éticas que deduzimos transcendentalmente a partir da pergunta que devo fazer\devemos fazer? (VELASCO, 2003, p. 80)

Devido ao fato de o Projeto não estar credenciado pela Reitoria de Extensão, os coordenadores de curso alegavam não poder ajudar a equipe de trabalho que desenvolvia o projeto junto à comunidade.

Em virtude dessa questão, o Projeto Ecomunitarismo foi colocado, por várias ocasiões, dentro dos padrões exigidos pela academia para que, assim, a equipe de trabalho pudesse ser ouvida e obtivesse ajuda. Apesar de todo o esforço para o credenciamento, sempre faltava algum item a ser preenchido e o prazo esgotava-se. A meu ver, são tantos papéis, formulários por preencher que perdemos tempo, impedidos de realmente possibilitar a construção de um saber diferenciado. Não podíamos, enquanto equipe de frente, parar o trabalho por questões burocráticas.

A equipe buscava, de todas as formas, ser ouvida, utilizando meios de comunicação diversos. Desse modo, várias tentativas foram realizadas, a fim de que o trabalho junto ao Projeto Ecomunitarismo fosse reconhecido e obtivesse ajuda.

Em reunião com os discentes, percebemos que não bastava fazer, tínhamos que, ainda, provar para aqueles que só acreditam quando a mídia consagra e aprova o feito, o visto.

Passaram-se dois anos (1998 a 2000) sem registro oficial junto ao meio científico/projetos da instituição UCPel. Tentativas foram feitas, mas sempre nos alegavam não ter como possibilitar apoio financeiro/oficial a um projeto de tal dimensão. Entretanto, continuavam afirmando ser muito louvável tal iniciativa. Faziam votos de que obtivéssemos, enquanto equipe, êxito em nossas propostas e encaminhamentos junto à Comunidade São Gonçalo.

Paulo Freire, quando falava sobre esse tipo de atitude, dizia que:

É que, para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são 'coisas'. Para eles, há só um direito – o seu direito de viverem em paz, ante o direito de sobreviverem, que talvez nem sequer reconheçam, mas somente admitam aos oprimidos. E isto ainda, porque, afinal, é preciso que os oprimidos existam, para que eles existam e sejam 'generosos'. (FREIRE, 1987, p. 45).

As professoras Clarisse Coelho e Clotilde Victória encorajavam-nos a prosseguir, dando-nos conselhos e, muitas vezes, ajuda financeira de seus próprios vencimentos a fim de nos impulsionar a conquistar mais metas. A professora

Clarisse Coelho, na época, era diretora da Escola de Educação e a professora Clotilde Victória, assessora da Pró-Reitoria de Extensão.

Os discentes, indignados com a falta de apoio financeiro diziam que, infelizmente, a Universidade estava mais preocupada em angariar dinheiro, a liberá-lo. E, no nosso caso em especial, o Projeto Ecomunitarismo só trazia prejuízo, pois trabalhávamos com os pobres/excluídos, os sem-renda. Inferi que, na UCPel, estavam sendo priorizadas as atividades marcadas pela prestação de serviços remunerados. Conseqüentemente, o Projeto Ecomunitarismo não se enquadrava nessas normas, por isso era postergado.

Começamos, então, a nos repensar, enquanto seres de transformação e não, de adaptação, sustentados pelo questionamento ético: "o que devo/devemos fazer?". Lançávamo-nos além de nossas forças, para dar continuidade ao que havíamos iniciado. Ficávamos, por horas, em debates intermináveis sobre questões como:

- Se somos seres livres, vivemos em uma sociedade democrática e ainda podemos pensar, por que não conseguimos interferir como sujeitos históricos nesse processo?
- Que imagens conseguimos, afinal, tirar desse processo todo?
- Se tivéssemos de montar uma amostra fotográfica desse caminhar educativo humano, em que estamos inseridos como aprendizes/profissionais, como faríamos a seleção dessas fotografias?
- Em que círculo ideológico nos encontramos? O que nos inviabiliza de uma reflexão/ação concreta e positiva?
- Para que servem,então, as Universidades?
- No que estamos nos transformando ou deformando?

Segundo Enrique Leff, a Universidade tem sido afetada por toda uma gama de interferências que inviabilizam a sua real ação teórica, pois:

[...] embora as universidades e instituições de educação superior gozem de autonomia formal (liberdade de pesquisa e de cátedra), suas atividades acadêmicas são afetadas pelos valores dominantes da sociedade na qual estão inscritas. Sua articulação com estas se estabelece através da demanda expressa de profissionais portadores de conhecimento e de habilidades úteis e funcionais para o sistema, e a canalização de recursos que repercutem na orientação de suas atividades. Deste modo, o mercado define vocações e cria interesses profissionais que internalizam a função

eficientista, produtivista e utilitarista da racionalidade econômica dominante na formação de “capital humano (LEFF, 2001, p. 202)

Continua o autor dizendo que:

As instituições educacionais e a universidade pública enfrentam políticas econômicas que orientam o apoio à educação, à produção de conhecimentos e à formação profissional, em função de seu valor no mercado. Isto tem criado obstáculos à transformação do conhecimento nas instituições educacionais para incorporar o saber ambiental à formação de recursos humanos que sejam capazes de compreender e resolver os problemas socioambientais do nosso tempo. (LEFF, 2001, p. 223)

Somos sabedores de que não é somente a universidade pública que enfrenta políticas econômicas que orientam o apoio à educação, à produção de conhecimentos e à formação profissional em função de seu valor no mercado. Também sofrem esse processo as universidades particulares, onde a pressão ainda se torna maior. São tantas as ramificações que impedem o verdadeiro desabrochar do comprometimento da universidade diante do seu papel perante o povo, que ficam, no ar, inúmeras perguntas sem respostas. Novas perguntas, inúmeras hipóteses eram levantadas, poucas respostas a perguntas, tais quais:

Como a Universidade pode, pois, contribuir através do saber construído e adquirido/teórico/prático, estando, segundo Leff, tão contaminada?

Quais foram os avanços e recuos desse processo sociointerativo-ambiental-educacional através dos séculos?

Em termos educacionais, a questão se coloca com premência.

“Miranda (1988), Paoli (1988) e Peixoto (1992) questionam a estrutura departamental, cuja burocracia substitui a discussão acadêmica sobre os cursos pelas disputas por disciplinas, cargas horárias, afastamento, férias”. (RIBEIRO, 1999, p. 380)

No caso das universidades particulares, as disputas originam-se nas escolas, ou núcleos.

Ribeiro, reafirmando seu posicionamento diante dos nós da universidade, salienta que:

O currículo tem limitações para ser transformado que são impostas pela forma como a universidade está organizada. O corporativismo dos departamentos, cujos membros cerram fileiras em defesa de suas conveniências, mesmo à custa da negligência das funções sociais da universidade, constitui um sério obstáculo às mudanças nos cursos de formação do educador. (RIBEIRO, 1999, p. 20-1)

E nós nos perguntávamos ininterruptamente qual a função social da universidade?

Ao refletir sobre a função social da universidade, seu papel diante dos gritos dos movimentos sociais, acentuava-se, para todos nós, a convicção de que, quanto mais esta se afasta da corrente energética que move o mundo, mais se empobrece enquanto instituição geradora de conhecimentos.

Para a complexa sociedade em que vivemos, a extensão universitária configura-se em uma das formas de atuação mais necessárias, pois a universidade é uma realidade social e política, uma instituição que expressa a sociedade da qual faz parte. (SILVA, 2002, p. 107)

Alguns colegas de profissão diziam que fazíamos assistencialismo e que de ensino, pesquisa e extensão, de fato, não fazíamos nada.

Entretanto, todos nós sabíamos que viabilizávamos os três grandes eixos que são o suporte de uma instituição de ensino e, portanto, indissociáveis, são eles: ensino, pesquisa e extensão.

A associação ensino e pesquisa é também uma questão polêmica. Para alguns autores, o ensino sem a pesquisa faz da universidade apenas um 3º grau, ou um aperfeiçoamento do 2º grau. Para outros, ensino e pesquisa são incompatíveis. Mesmo dentro de cada uma dessas posições há divergências. No cotidiano, a associação/separação vem gerando conflitos internos bastante fortes, especialmente nos departamentos acadêmicos. As discussões estão centradas na associação ensino/pesquisa. A extensão quase não é considerada. Na maior parte das vezes, é marginalizada e tratada como atividade secundária. (MIRANDA apud RIBEIRO, 1999, p. 369).

A própria universidade parece não ter uma definição consensual sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Refletindo sobre a universidade, a educadora Marlene defende a sua postura diante dessa crise acadêmica, afirmando seu comprometimento frente aos

três grandes pilares universitários: ensino, pesquisa e extensão. Isso ocorre na medida em que se entende que a indissociabilidade desses só pode se dar dentro de uma construção analítico-histórica, em que a atitude interrogativa sobre a realidade deverá surgir desde a base educacional infantil, estendendo-se até o meio acadêmico universitário. Salienta, ainda, que seja mister que se repensem as questões legais/administrativas, dentro da universidade, a fim de que essas viabilizem a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e, dessa forma, possamos ter projetos democráticos tanto para as universidades como para a sociedade.

Dentro desta visão e pensamento, acrescenta que a cisão entre ensino pesquisa e extensão, precisa ser repensada e, socializando o pensar, atingir o elemento qualitativo mais que nunca.

A indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão proposta para as licenciaturas precisa articular-se tanto com o ensino de 1º e 2º graus para os quais forma professores, como com os programas de pós-graduação onde são preparados os pesquisadores em educação. Estes programas, me parece, deveriam refletir sobre a qualificação que estão oferecendo, se esta serve apenas à concessão de um título ou se está voltada realmente para a formação do pesquisador. Que questões orientam a formulação ação de critérios de avaliação dos programas de pós-graduação em educação? Seria a quantidade de títulos exigidos pelas agências de financiamento? Ou os resultados quantitativos e qualitativos do que produzem em termos da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão na sua articulação com o 1º e o 2º graus, com a graduação e com movimentos sociais naquilo que estes têm de especificamente educativo? (RIBEIRO, 1999, p. 389-390)

O desafio colocado às universidades, sejam elas públicas ou privadas, é desvelar o comprometimento real, assumindo-o e concretizando-o diante de seu público docente e discente, assim como da própria sociedade.

Urge aprender a realizar atividades integrativas, em que haja espaço para o surgimento do cidadão que, segundo Morin, questione sua condição humana, pois isso é questionar o possibilitar do sujeito com identidade terrena, tornar-se um ser cósmico com compreensão mútua, ético, criativo. Então, um ser que entenda a importância da dúvida, da incerteza, assim, capaz de pensar, através da análise complexa, abrangendo leituras interna e externa, o mundo em que vive. E, para tal, faz-se necessária a fusão entre os três grandes eixos que movem a instituição universitária: *ensino, pesquisa e extensão*.

Tem-se que conseguir, através das práticas e teorias, avançar rumo à harmonia de segmentos tão relevantes à construção de uma sociedade mais ética/humana.



Figura 9: Aula para discentes de Ecologia e Química Ambiental\2001.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Neste período, vários trabalhos acadêmicos de conclusão de curso foram identificados com um grande índice de comprometimento socioambiental. TCCs (Trabalho de Conclusão de Curso). Foi me solicitada a orientação dos trabalhos acadêmicos\TCCs.

Foram eles: “Educação Ambiental como elo interdisciplinar dentro ensino Formal”, em 1999, de Claudia da Silva Camargo; “Implantação do clube de Educação Ambiental na praça Manuel Marques da Fonseca Junior”, de Renata Aires de Freitas; “A ética como suporte básico para o desenvolvimento da Educação Ambiental”, de Mônica da Silva Lobo; “Fundamentação Ecológica e Educacional em atividades de reflorestamento” de Leonardo Vieira; e “O Uso da linguagem SMIL para a Educação Ambiental na WEB”, de Rodrigo Maia.

Nessa fase, também começou a crescer certo respeito pela Educação Ambiental dentro da UCPel. A proposta da Educação Ambiental, norteadada pela Ética

Ecomunitarista, já fazia eco dentro da instituição universitária entre os vários cursos. Velasco acredita que:

Para fazer possível um mundo de pessoas pacíficas essa Educação Ambiental não pode fugir do combate, pois isso significaria deixar o terreno para os vampiros sem função ecológica, que são os donos do mundo hoje. Para efetivar o que de ela se espera a E.A Ecomunitarista deve aprender a combinar o ensino aprendizagem da sala de aula com a ação comunitária. (VELASCO, 2008, p. 179)

Embora tenha sido muito difícil a aceitação, é mister ressaltar que a disciplina de Educação Ambiental só foi ministrada na UCPel a partir de minha defesa sobre a mesma junto ao curso de Bacharelado em Ecologia em 1998. Os responsáveis, na época, pela área ambiental, não conseguiam compreender a dimensão da Educação Ambiental. Atualmente, essa proposta socioambiental-interacionista já está incluída em cursos como Turismo, Química Ambiental, Biologia, Ecologia e, atualmente, no curso de Pedagogia com um olhar ecopedagógico.



Figura 10: Discente de Ecologia desenvolvendo atividade de Educação Ambiental\2003.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

Outros cursos já começam a possibilitar espaços para discussões sobre a importância da formação acadêmica/profissional, tendo como orientação a construção do saber socioambiental. Observa-se tal fato nas semanas acadêmicas organizados por cursos da UCPel como Arquitetura e Engenharia.

O curso de Direito, embora tenha uma disciplina sobre Direito Ambiental, ainda navega pelas margens, deixando inexplorável o diversificado fundo do mar. Mas o importante é que, aos poucos, a Educação Ambiental começa a ocupar o seu devido lugar no ensino formal universitário. E, comungando com esse pensar e ampliando-o, encontramos Leff que orienta para que as universidades tenham um olhar diferenciado e comprometido com as questões ambientais, argumentando que:

As universidades devem abrir-se a um processo de pesquisa em conjunto com as comunidades e populações nas quais existem os problemas ambientais, captando os problemas a partir das bases e desenvolvendo a elas o saber elaborado para sua aplicação em programas e projetos de gestão ambiental. As universidades devem incorporar temas como o resgate de saberes autóctones e populares, o amálgama de práticas tradicionais com conhecimentos tecnológicos modernos, assim como transmissão do saber ambiental e sua assimilação por parte das comunidades, para potencializar suas forças produtivas e a capacidade de auto gerir seus processos de desenvolvimento. A formação ambiental implica assumir com paixão e compromisso a criação de novos saberes e recuperar a função crítica, prospectiva e propositiva do conhecimento; gerar um saber eficaz e inventar utopias capazes de levar os processos de mudanças histórica a ideais de igualdade, justiça e democracia; criar novos conhecimentos, métodos e técnicas para construir uma nova racionalidade social, na qual os valores culturais e os potenciais da natureza, desdenhados pelo empenho produtivista da modernidade, orientem o renascimento da humanidade do novo milênio. (LEFF, 2001, p. 220-1)

No ano 2000, novamente fui procurada a fim de orientar trabalhos de conclusão de na área socioambiental, porque muitos estudantes oriundos de outros cursos (Análise de Sistemas, Informática) não podiam contar com seus professores, pois esses diziam não se sentirem aptos para orientar tal enfoque. Esses estudantes, na época, haviam assistido a palestras sobre Educação Ambiental e muitos possuíam colegas que faziam parte do Projeto Ecomunitarismo.

Os trabalhos de conclusão de curso, em 2000, foram: “Integração WEB SGBD: Estudo Visando suporte a um site de Educação Ambiental para a Região de Pelotas”, de Edson Vieira Gonçalves; “Educação Ambiental via WEB: Tecnologias a serviço da comunidade”, de Maria Renilda da Silva Veleda; e “Administração de

Serviço de Rede em Suporte a um site de Educação Ambiental”, de Márcia Roberta Nova Loi.

Assim, com essas defesas de TCCs, aos poucos, a Educação Ambiental começa a interagir e se solidarizar junto a outros grupos e cursos diferenciados. Para Velasco, educar-se é “conscientizar-se com os outros no contexto de uma ação transformadora sobre a realidade ecossocial, rumo a uma ordem socioambiental sustentável”. (VELASCO, 2008, p. 38)

Em 2001, tivemos nosso credenciamento junto à Reitoria da UCPel, ficamos contentes eu e os discentes, pois poderíamos usar o nome da universidade nos panfletos, nas entrevistas e nas rádios. Logo em seguida, nosso trabalho também ganhou reconhecimento através dos meios de comunicação, tais como: Diário da Manhã, Diário Popular, RBS TV, Rádio Universitária, Rádio Pelotense, entre outros.



Figura 11: Reportagens de jornais\2005.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo



Figura 12: Reportagens de jornais\2005.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

As atividades do projeto Ecomunitarismo foram acentuadas; começamos a receber, diariamente, solicitação para encaminhamentos de nossas necessidades socioambientais junto às diversificadas instituições, tais como: escolas da rede estadual, municipal, particular, ONGs, instituições religiosas de vários segmentos católico/espírita, Grupo Cidadania e Vida, grupos da terceira idade/Grupo Girassol (que confeccionava, com restos de retalhos, os enxovais para as gestantes e crianças da comunidade), comércio em geral, exército, grupos ligados à arte e à música, Associação dos Funcionários da UCPEL, IBAMA, outras universidades como FURG e UFPel através de alunos voluntários.



Figura 13: Grupo Girassolterceira idade\2004.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Entre as diversas atividades desenvolvidas pelos discentes junto à comunidade, houve: pintura dos casebres; limpeza através de mutirão na comunidade; curso de liderança comunitária; entrega de água em cisternas; através da 8ª infantaria do Exército, participação das crianças da comunidade São Gonçalo no Primeiro Festival de EA no auditório da UCPel; reunião com IBAMA a fim de buscar soluções sobre o corte da palha de santa fé e da pesca; reforço escolar; arrecadação de material para a reconstrução das casas que haviam sido afetadas pelas enchentes; encaminhamentos a diversos setores da prefeitura sobre a problemática socioambiental da comunidade (lixo, água, luz, enchentes, moradia/terreno); atendimento, junto aos postos de saúde: de crianças e gestantes doentes; acompanhamento nos estudos das crianças que estavam matriculadas nas escolas; oferecimento de cursos profissionalizantes na parte de cestaria e cabeleireiro.

Nesse período, começamos a entrar em contato com outros órgãos, com o objetivo de solicitar ajuda, tais como: o Governo do Estado do RS, a UNICEF e a Pastoral da Criança.

Tínhamos de ter uma metodologia para o trabalho; precisávamos traçar metas, objetivos e, aos poucos, fomos construindo conjuntamente com discentes e os integrantes da comunidade as ações. Começamos então pelo diagnóstico da realidade socioambiental, o que possibilitou a criação das metas a serem desenvolvidas.

A cada ano, novas metas, novas ações e, por consequência, mais trabalho e dedicação por parte de toda a equipe. A equipe de discentes observava muitas conquistas que estavam acontecendo o tempo todo. Havia uma alegria nos rostos da comunidade; as gestantes começaram a gerar bebês mais saudáveis; hortas eram construídas no lugar de acúmulo de lixo; as crianças estavam mais limpas e com uma resistência em termos de saúde; os pais satisfeitos com os encaminhamentos de sua documentação perdida na época das enchentes; a busca de alternativas de renda também era motivo de autoestima.

O potencial humano começava a florir em cada ser da comunidade São Gonçalo. Houve uma ocasião em que a equipe de discentes fora levar uns vídeos para a comunidade e um senhor assim se expressou:

- Pessoal, venham ver os vídeos do tempo que a gente era pedinte!
- Venham logo porque agora a gente vê que virou gente de verdade!

A descodificação é a análise e conseqüente reconstituição da situação vivida: reflexo, reflexão e abertura de possibilidades concretas de ultrapassagem. [...] o que antes era fechamento, pouco a pouco vai se abrindo, a consciência passa a escutar os apelos que a convocam sempre mais além de seus limites: faz-se crítica. (FREIRE, 1987, p. 11).

Nessas ocasiões, percebíamos o quanto tínhamos avançado e, por isso, mais crescia o nosso comprometimento diante daquelas pessoas. Mas algo nos inquietava, porque todos os anos era necessário refazer muito do que já havíamos realizado, já que ,a cada nova enchente, recomeçávamos tudo de novo

Realizávamos muitas assembleias a fim de estabelecer nossas metas. Acadêmicos e moradores da comunidade São Gonçalo abraçavam, juntos, a problemática socioambiental com vistas a soluções para tais problemas. Crescia, assim, um grande elo entre o saber acadêmico e o popular. Nesse momento, possibilitamos, através de muito debate, a eleição na comunidade. No início, não havia candidatos, mas, em seguida, uma senhora chamada Gracinda Feijó

candidatou-se, nascendo aí à força feminina dentro da comunidade pela primeira vez.



Liderança Feminina
- Gracinda -
junto aos
Pescadores.

Figura 14: Líder Gracinda de Feijó\1998.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

O grito feminino fez-se forte e assumiu sua existência. Gracinda candidatou-se pelo lado dos pescadores e, logo em seguida, outra senhora pelo lado dos catadores de papelão, a conhecida Dona Cica (Geneci da Silva Freitas), também se candidatou.



Figura 15: Líder Dona Cica\2004.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Os homens da comunidade ficaram surpresos com a atitude das senhoras candidatas à eleição.

Penso que estávamos, nesse exato momento, vivenciando, na comunidade, a libertação do oprimido, através do diálogo crítico e esperançoso que Paulo Freire tanto solicitava em suas inúmeras palestras pelo mundo.

Começamos a realizar passeatas pela cidade, participamos de debates nos meios de comunicação, fizemos exposição de fotos sobre o Projeto em vários segmentos da sociedade pelotense e também foi criado um hino da comunidade. Os discentes começavam a organizar as atividades com mais autonomia e determinação referentes à sua área de estudo.

Teoria e prática comungavam do mesmo cálice. A libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de coisas, já dizia Freire em 1987 e por isso afirmava ele que:

“Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de ‘coisas’. Por isso, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho – também não é libertação de uns feita por outros”. (FREIRE, 1987, p. 55).

O projeto Ecomunitarismo começou a ser apresentado em seminários e simpósios em outras cidades e estados. No livro “O contrato Social da Ciência”, organizado por Alexandre Pedrini e editado pela editora Vozes, em 2002, contamos nossa experiência socioambiental junto aos catadores e pescadores da Comunidade São Gonçalo através de vinte nove páginas.

Éramos convidados para palestras nas escolas municipais de Pelotas. A partir do ano de 2002, mais defesas de TCCs, agora envolvendo o Projeto Ecomunitarismo, como foi o caso da estudante e participante da equipe de trabalho do Projeto, Neuza Maria Silva Corrêa com TCC intitulado “Implementação de Projetos de Educação Ambiental no Ensino Formal”. Essa discente, após o término do curso de Bacharelado em Ecologia, solicitou-me que a preparasse para fazer a seleção do Mestrado em Educação Ambiental, para o qual foi selecionada e, mais tarde, também para o Doutorado em EA, todos na FURG.

Vários ex-discentes estão ingressando nos cursos de pós-graduação, muitos deles motivados pelo Projeto Ecomunitarismo, outros pela disciplina de Educação Ambiental oferecida na grade curricular dos cursos da UCPel e ministrada por mim.



Figura 16: Exposição do Projeto no saguão da UCPel\2004.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Havia inúmeras iniciativas de abertura de novos caminhos. Durante os primeiros cinco anos de atividade, vimos crianças nascer, crescer e também algumas partir; passamos por várias enchentes, doenças, falta de saneamento básico, uma infinidade de problemas. Entretanto, com a organização comunitária e o entrelaçamento do saber acadêmico com o popular e vice-versa, aos poucos, fomos encontrando algumas saídas, entre elas, a luta pela aquisição de um novo terreno, o qual se localiza na avenida Brasil.

A luta já não se reduz a retardar o que virá ou a assegurar a sua chegada; é preciso reinventar o mundo. A educação é indispensável nessa reinvenção. Assumirmo-nos como sujeitos e objetos da História nos torna seres da decisão, da ruptura. Seres éticos. (FREIRE, 1995, p. 40).

Em 2004, novos discentes interessaram-se pela Educação Ambiental, realizando seus trabalhos de conclusão de curso com novos enfoques dentro da visão socioambiental, entre eles estão: Rodrigo Zanatto Nobre, com “A Educação Ambiental desvelando o potencial turístico ambiental no Município de Pelotas”;

Leonardo Marsal Bahamonde Hebeyche com “A ecologia cumprindo o seu papel social junto ao galpão de reciclagem da coleta solidária na cidade de Pelotas”; Manuela Kaster da Silva com “A ecologia sendo vivenciada através da Educação Ambiental”; e Denise Weber com “Construindo a cultura socioambiental através do manejo e conservação das aves no ensino formal”.

Entre os anos de 2004 e 2005, os discentes conseguiram provar, já no novo terreno Ceval, através da construção das novas moradias e ruas, aquisição da legalização da terra, que é possível vivenciar a cidadania, elaborar trabalhos significativos e éticos em prol da comunidade/mundo planetário, para eles pensarem por suas próprias ideias, criarem, agirem, serem agentes de transformação e não de adaptação, mesmo quando todo o entorno não lhes é favorável, verificando que eles são muito mais do que notas no final de um semestre.

O educador Paulo Freire, ao pensar sobre a prática de uma pedagogia humanizadora, assim se expressava:

Para tanto, é urgente que se faça necessário a prática de uma pedagogia humanizadora, não qual seja estabelecida uma relação de diálogo permanente. Em que: “Educador e educando, (liderança e massa), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e assim, criticamente conhecê-la; mas também no ato de recriar este conhecimento. (FREIRE, 1987, p. 56).

Mesmo após os anos seguintes, 2006 até agosto de 2008, enquanto estávamos ainda fazendo parte do quadro de discentes daquela instituição, não paramos de receber convites para realização de palestras sobre o Projeto Ecomunitarismo. Fomos também protagonista da defesa de Dissertação no Mestrado em Educação Ambiental do acadêmico Paulo Ricardo Granada Corrêa da Silva, que também, por um período breve, participou junto à comunidade de catadores de papelão e pescadores.

A defesa de sua Dissertação deu-se em 2006, intitulada “A Educação Ambiental e o Projeto Ecomunitarismo na cidade de Pelotas-RS: uma análise qualitativa de resultados”.

A equipe do Projeto Ecomunitarismo demonstrava, a todo o momento, satisfação pelo êxito conquistado no meio acadêmico por aqueles que faziam ou fizeram parte desse processo ético/desvelador.

Entretanto, todos tinham a certeza/clareza de que nós não precisamos de mais intelectuais da fome, do meio ambiente, de tantas metodologias e técnicas.

Precisamos, sim, é de seres humanos que assumam sua eticidade diante de si e dos outros, comungando com o mundo e para o mundo. É mister que surjam educadores que vivenciem sua “humana docência”, como nos diz Miguel Arroyo (2008, p. 67), no livro “Ofício de Mestre”, de 2008.

Segundo o educador Paulo Freire, os seres humanos precisam objetivar o mundo:

A consciência é consciência do mundo: o mundo e a consciência, juntos, como consciência do mundo, constituem-se dialeticamente num mesmo movimento – numa mesma história. Em outros termos: objetivar o mundo é historicizá-lo, humanizá-lo. Então, o mundo da consciência não é criação, mas, sim, elaboração humana. Esse mundo não se constitui na contemplação, mas no trabalho. (FREIRE, 1987, p. 17).

Teoria e prática fundiram-se a fim de viabilizar a cidadania, o convívio harmônico entre os seres humanos e a natureza, a construção da verdadeira educação e da própria ética, fazendo com que os gritos da vida obtivessem ecorrespostas, junto à fundamentação teórica e proposta/ação do Projeto Ecomunitarismo.

3 DESVELANDO REALIDADES

Quando iniciamos o trabalho comunitário, eles moravam embaixo da ponte que liga as cidades: Rio Grande e Pelotas/RS/Brasil, na BR 392. Havia os fatores fome, doenças, enchentes constantes, degradação ambiental crescente, mortes dos recém-nascidos; a assistência era inevitável, isto é, era necessário um trabalho de cunho, inicialmente, assistencial e emergencial.



Figura 17: Ponte (embaixo) onde ficavam os moradores em época de enchente\1998.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Aos poucos, foi-se desenvolvendo um projeto mais crítico, voltado mais para a Educação Popular e para a proposta Ecomunitarista que, segundo Velasco (2003), constitui o regime comunitário pós-capitalista capaz de organizar as relações produtivas inter-humanas e entre os seres humanos e a natureza, conforme as normas éticas que deduzimos transcendentemente a partir da pergunta: O que devo/devemos fazer?

Freire, quando falava sobre a prática docente, comentava que:

Enquanto educador progressista não posso reduzir minha prática docente ao ensino de puras técnicas ou conteúdos, deixando intocado o exercício da compreensão crítica da realidade. Falando de `fome´ , não posso me contentar em defini-la como “urgência de alimentos; grande apetite; falta do necessário; míngua ou escassez de víveres”. A inteligência crítica de algo implica a percepção de sua razão de ser. Ficar na descrição do objeto ou torcer-lhe a razão de ser são processos alienadores. Minha compreensão da fome não é dicionária: ao reconhecer a significação da palavra, devo conhecer as razões de ser do fenômeno. Se não posso ficar indiferente à dor de quem tem fome, também não posso sugerir-lhes que sua situação se deve à vontade de Deus. Isso é mentira. (FREIRE, 1995, p. 31).

E foi nesse sentido, orientados pela fundamentação teórica de Freire e Velasco, que os discentes e eu começamos a nos repensar e repensar nossas práticas, metas e futuros subprojetos. O desafio, nesse momento, era de possibilitar o engajamento ecossolidário de todos os moradores da comunidade, envolvendo discentes de outros cursos, bem como a sociedade Pelotense de modo geral.



Figura 18: Discentes de vários cursos em atuação junto à comunidade\2005.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

A defesa dessa ideia ocasionou-me muitos desafios, noites sem dormir e muitas idas e vindas. Era muito difícil trabalhar com o medo, com a insegurança, com a desesperança, com a falta de amor próprio e de visão socioambiental. Tanto os discentes quanto os moradores da comunidade São Gonçalo, todos sentiam-se amarrados, sem iniciativa, egoístas, individualistas, atrelados ao que o mundo capitalista havia feito com o seu potencial criativo e transformador.

Velasco, ao falar sobre capitalismo, afirma que no capitalismo os seres humanos tendem a cuidar tanto mais de algo quanto mais este algo é seu. Nesse momento, o capitalismo rompe com a terceira norma da ética que estipula que devemos conservar a natureza exterior saudável do ponto de vista produtivo, porque ela é condição para que eu faça/nós façamos a pergunta: O que devo/devemos fazer?

Analisando o trabalho no capitalismo pela norma da ética, percebe-se que ele é negador das três normas da ética, pois na medida em que não existe liberdade de decisão, viola a primeira norma da ética. No capitalismo, não há nenhum ser humano que viva segundo a primeira norma da ética que estipula que devemos garantir nossa liberdade de decidir porque, ao garanti-la, temos condição para fazer a pergunta: O que devemos fazer? Essa norma mostra a deficiência do capitalismo em busca de uma nova ética socioambiental, física e mental. Somente haverá ética, se pudermos fazer a pergunta: “O que devo fazer?”; só os humanos podem usar o diálogo para realizá-la, sendo necessário, sempre a presença do outro, para que não configure uma pergunta solitária.

Havia momentos em que, quando se conseguia avançar com os moradores da comunidade, eu tinha problemas junto à equipe universitária, pois lhes faltava clareza socioambiental, ética, comprometimento, conscientização, politização. Todo dia era sempre um recomeço e feedback constante da proposta do Projeto Ecomunitarismo. Era como se diariamente eu tivesse de buscar algo que, quando se conseguia alcançar, já se tornava distante ou nascia naquele momento outro obstáculo a ser ultrapassado. Surgia outra meta a ser alcançada.

Certas pessoas, na própria universidade, pensando que iriam ofender a mim ou aos discentes, diziam, em tom alto e agressivo, que tudo o que o nosso grupo estava realizando, não passava de uma bela utopia. Então, eu tornava a dizer que a utopia é necessária para que a luta continue e não se perca nas curvas da estrada. Dizia que é necessário seguir, sempre olhando firme para o horizonte, sem

perder nenhuma possibilidade de transformação/mudança e vislumbrando, assim, outras formas de possibilitar a concretude do próprio projeto, como uma utopia a ser alcançada.

Para Velasco, o Ecomunitarismo é a ordem utópica pós-capitalista capaz de:

[...] realizar plenamente no dia a dia as três normas da ética. Quando se diz “utópica” quer se salientar o fato de que, embora sendo irrealizável no seu todo, o Ecomunitarismo é um indispensável horizonte-guia da ação cotidiana que nos indica em permanência qual deve ser o rumo da nossa caminhada. E como disse Eduardo Galeano, citando o intelectual argentino que criou essa ideia, quando se pergunta ‘para que serve a utopia?’, depois de constatar que ao avançarmos dez passos ela afasta-se mais dez, e ao avançarmos cem passos ela afasta-se mais cem, conclui-se que a utopia ‘serve’ precisamente para isso: para não cessarmos de caminhar. Não é por acaso que os donos do poder econômico, político, militar, cultural e mediático no capitalismo acolheram e acolhem com tanto calor o mito do ‘fim das utopias’ (e da história) pois o indivíduo ou grupo social que aceitar essa tese estará confessando que não há outro mundo possível para além do capitalismo [...]; por isso é fundamental e faz parte do projeto histórico de qualquer indivíduo ou grupo social o horizonte utópico que a cada dia repete: com esperança, muito saber, muita solidariedade, muito respeito para com a natureza não humana, e muita luta, outro mundo é possível... (VELASCO. 2008, p. 474).

A proposta era clara; precisávamos viabilizar a cidadania perdida por todos nós, meio universitário e comunitário, romper com as amarras do capitalismo que sorri enquanto mata a todos, pois ele faz com que todos sintam-se fantoches na peça da VIDA. Os moradores da comunidade tinham vícios e, como sobreviviam do aqui e agora, não conseguiam vislumbrar um futuro, fazendo do presente a única opção. Roubar, mentir, falsificar, ganhar vantagens eram atividades que faziam parte do cotidiano da comunidade.

Começamos a intensificar as assembleias, a fim de unir a comunidade em prol de soluções para a problemática socioambiental vivenciada por todos eles.



Figura 19: Assembleias nas balanças\1998.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Certa ocasião um menino da comunidade me disse assim: “Tia Jara, pega umas pedras aí pra mim e coloca dentro, bem no meio do papelão e tapa tudo! Então, eu perguntei por que eu tinha que fazer tal ação, e ele disse sorrindo:

“Ora pra enganar o cara que compra o meu papelão!”

Esse menino tinha apenas seis anos e já assumia, como sua verdade, tais valores. Nesse mesmo dia, conheci uma senhora que aparentava ter uns cinquenta anos e que, na hora de receber os donativos, para reparar os danos causados pelas enchentes, ela falsificou a pulseira que lhe dava o direito a receber o material como tábuas e telhas. Essa senhora entrou na fila três vezes, até que a líder Gracinda a reconheceu e mandou devolver tudo que levou a mais.

Os moradores participavam de roubos, desmanches de carro, abate de cavalos, gato de luz. Eu diria que era uma terra sem lei, onde cada um sobrevivia da forma que conseguia.

Em muitas ocasiões, eu perdia a esperança, sentia-me perdida diante de tantos desafios, mas quando me reunia com as lideranças da comunidade e percebia no olhar delas tanta esperança no Projeto Ecomunitarismo, não havia como

recuar e perder a esperança crítica. Esperança que, sabedora das dificuldades não desiste, mas avança com pés firmes no chão e mente de guerreira.

É imperioso mantermos a esperança mesmo quando a aspereza da realidade sugira o contrário. A este nível, a luta pela esperança significa a denúncia, sem meias-palavras, dos desmandos, falcatruas e omissões. Denunciando-os, despertamos nos outros e em nós a necessidade e também o gosto da esperança (FREIRE, 1995, p. 87).

Em um domingo de inverno, muito frio e chuvoso, fui chamada na comunidade para salvar uma criança que, segundo a líder, Dona Cica, estava sendo levada à morte pelos próprios pais que se drogavam e não ofereciam alimentação para a criança. Eu precisava entrar lá e salvar aquela criança que tinha apenas um ano, mas que, segundo os moradores, aparentava ter dez meses.

Ficava me perguntando como poderia chegar até lá, se os próprios moradores tinham medo de se aproximar do local.

Às vezes, a vida não nos dá muito tempo e precisamos agir rápido, com determinação e coragem. Meu comprometimento ético gritava mais alto dentro de mim. Então, pulei a janela e entrei no barraco, era assim que eles chamavam suas moradias simples, enquanto o pai do menino saía pela porta da frente para ir até o bar buscar mais bebida.

Antes de eu pular a janela, combinei com o filho da líder que, quando o pai se aproximasse, ele daria um sinal em forma de assovio para dar tempo de eu poder fugir e levar a criança comigo. Entretanto, o pai da criança ficou desconfiado e resolveu fazer a volta pelo barraco e entrar pela janela. Foi, nesse momento, que ele me calçou pelas costas com um canivete, furando a minha roupa e me causando um pequeno ferimento.

Como eu já estava com a criança nos braços, pois eu já havia o encontrado debaixo de muitas roupas sujas, dentro de um buraco, ele não pôde me machucar mais.

A pele da criança descolava-se, como se tivesse tudo solto. Seus olhos não possuíam brilho; era o rosto da morte.

Depois de muita conversa, consegui acalmar o pai da criança que estava muito nervoso, pois temia que eu chamasse “os gatos” (policiais), já que a sua

companheira estava encostada na parede, com os braços sangrando e com uma agulha ainda pendurada no seu braço esquerdo.

Após alguns minutos de conversa, fomos para o hospital e lá os médicos ficaram horrorizados com o estado da criança.

Passou-se uma semana de hospitalização e fui chamada a comparecer no hospital, pois os pais da criança estavam comendo toda a comida e nada deixando para o doente. Novamente, precisei interferir em prol da saúde da própria criança, afastando os pais do hospital e chamando o conselho tutelar.

Durante todas essas conflituosas situações, eu buscava conforto e respostas para meus questionamentos nos ensinamentos de Freire. E lá, em seus livros, sempre encontrei uma lição, como esta que diz:

Nenhuma sociedade se livra desses horrores por decreto nem porque um de seus sujeitos fundamentais, os dominantes num gesto amoroso regale uma nova forma de viver aos `condenados da terra`. A superação desses horrores implica decisão política, mobilização popular, organização, intervenção política e liderança lúcida, democrática, esperançosa, coerente, tolerante. (FREIRE, 1995, p. 36)

É importante salientar que, após várias tentativas de reconhecimento junto à UCPel, fomos perdendo alguns estudantes, mas com a chegada do documento da UNICEF, em 2001, fomos reconhecidos em vários segmentos da sociedade Pelotense, inclusive na própria universidade. A mesma que dizia não ser possível tal projeto por ser muito amplo e envolver muitos cursos. Com certeza, pensavam em gastos, como sempre, e em se falando de pobres, aumentava a preocupação dos gastos e não, dos ganhos.

O projeto Ecomunitarismo começou a ser noticiado junto aos meios de comunicação. Isso despertou o interesse da população Pelotense por maior conhecimento e pela possibilidade de uma participação efetiva.

E com este emaranhado de articulações, novos subprojetos foram surgindo, a saber: Ecofamiliar, Ecolazer, Ecorreforço Escolar, Ecoteatro. Ecoesporte, Ecoambiente, Ecorrenda, Ecojuventude, Ecocriança, Ecosaúde, entre outros.



Figura 20: Subprojeto Ecofamiliar\2001.
 Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Cada subprojeto foi elaborado e pensado de acordo com as necessidades dos moradores da comunidade São Gonçalo nos dias de assembleia. O subprojeto Ecoesporte foi o primeiro a ser desenvolvido e começou em 1998.

O subprojeto Ecofamiliar foi o único subprojeto que recebeu ajuda financeira e por isso no início, só puderam participar trinta e cinco famílias que tinham filhos menores, critério estabelecido pelo Governo do Estado do RS. Mais tarde, permitiram que fizessem parte do subprojeto, famílias que possuíssem crianças ou adolescentes na escola. Foram beneficiadas cento e quatorze famílias, tanto do lado dos pescadores como dos catadores.

Através desse subprojeto, conseguimos verba junto ao Governo do Estado do RS, para a reconstrução das casas que haviam sido prejudicadas pelas enchentes, isso ocorreu em 2001, período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) estava sob a orientação do governador Olívio Dutra.

Conseguimos comprar telhas, tábuas, tinta, pregos e cimento para a reconstrução das moradias que estavam em estado periculosidade, assim como arreios para os cavalos das carroças dos catadores de papelão.

A UCPel recebia a verba e, após uma pesquisa de preço, comprava o material e me entregava.

O subprojeto de Ecoteatro ficou inicialmente funcionando apenas por três meses, pois não obteve continuidade, devido às várias ausências das pessoas que haviam ficado encarregados das oficinas. Como eu havia participado de muitas peças de teatro e também dirigido e escrito, algumas delas, em anos anteriores ao Projeto, resolvi assumir o grupo de vinte crianças e oito adolescentes por um período de dois anos, de 1998 a 2000 a fim de possibilitar-lhes o vivenciar desse processo socio-educativo-criativo-critico-interativo-libertador.

As crianças começaram também a assistir a peças de teatro, apresentadas na UCPel. A partir daí, começaram a organizar suas próprias apresentações nas festividades da comunidade. Esse subprojeto durou dois anos.

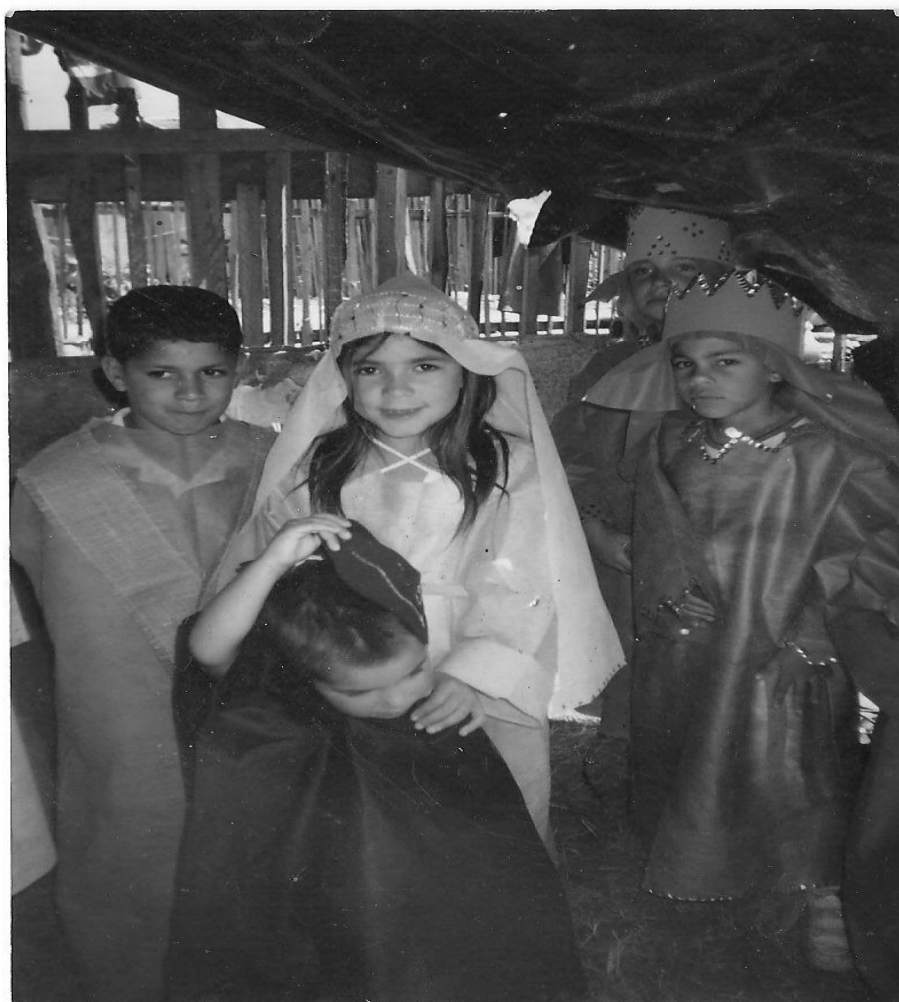


Figura 21: Teatro de Natal\2004.
Fonte: Arquivo do Projeto Ecomunitarismo

Logo em seguida, surgiu o subprojeto Ecolazer, através do qual, por pedido das crianças, realizamos a construção de uma mini praça e recanto para tomar o chimarrão. Na ocasião, o pessoal do exército nos ajudou. Esse subprojeto, Ecolazer, atendeu por dois anos, crianças, adolescentes e adultos da comunidade. Acadêmicos da Educação Física\UFPel e da Pedagogia\UCPel (voluntários) promoviam brincadeiras todos os sábados à tarde das quatorze às dezoito horas.

Foi realizado junto com esse projeto, o Ecorreforço Escolar que estava associado ao subprojeto Ecoesporte, atendendo quarenta crianças. Assim, para as crianças participarem do Ecoesporte, deveriam apresentar bom rendimento escolar e, caso isso não ocorresse, deveriam se matricular no subprojeto Ecorreforço Escolar. Tanto as crianças quanto os adultos demonstravam satisfação em participar de cada subprojeto oferecido naquele período.

O projeto Ecolazer terminou por causa da destruição ocorrida na Praça Canto da Solidariedade, local esse construído com a ajuda de jovens, crianças, adultos da comunidade e soldados do exército. As cordas dos balanços foram cortadas, os bancos arrancados, os canteiros de flores pisoteados, o escorregador foi quebrado, o recanto do chimarrão todo pichado, o quadrado de areia destruído, tudo isso feito por alguns vândalos da própria comunidade.

Havia um pacto de silêncio\medo sobre o assunto, moradores da comunidade negavam-se a comentar a destruição. As crianças choravam, mas os pais lhes proibiam comentar o ocorrido.

Em 2001 o subprojeto Ecosaúde começou a ser desenvolvido pelos discentes de Medicina e Serviço Social, atendendo toda a comunidade, através de visitas às casas e encaminhamentos aos postos de saúde. No mês de setembro de 2001, os discentes de Farmácia e Psicologia integraram o subprojeto Ecosaúde, organizando gincanas da higiene bucal e um combate ao piolho e à sarna. Foram atendidas todas as crianças da comunidade e os adolescentes. Eles organizavam teatro de fantoches e, aos poucos, os pais começaram a levar as crianças para assistir e ficavam para participar do espetáculo, foi então que começaram os subprojetos Ecocriança e Ecojuventude onde foram abordados temas como: violência familiar; problemas de aprendizagem; estatuto da criança e do adolescente; a importância do brincar e confeccionar seus próprios brinquedos; depressão infantil e do adolescente; dependência química; aborto; problemas da

adolescência. Os subprojetos Ecocriança, Ecojuventude permaneceram atuantes até o final de 2005.

Os subprojetos Ecoesporte e Ecorreforço escolar tiveram sua continuidade e foram desenvolvidos durante cinco anos (1998 a 2003), período em que os voluntários eram acadêmicos.

No subprojeto Ecoesporte, foram criados quatro times de futebol e formou-se um grupo com quatorze crianças para a prática da capoeira. A UCPel, através de doações, mandou confeccionar os uniformes para os participantes dos times de futebol e para os integrantes do grupo de capoeira. As crianças eram estimuladas a participar do subprojeto Ecorreforço, pois ganhavam mochilas, com o símbolo do Ecomunitarismo e também material escolar, doado pela Universidade, como: lápis, borracha, cadernos, tenaz, régua, apontador, canetinhas, tesoura... Tudo isso disponibilizado através de um convênio firmado por nossa equipe de trabalho, junto à Secretaria de Cidadania da Prefeitura de Pelotas.

Todos os subprojetos eram executados pelos discentes voluntários de diversos cursos da UCPel, UFPel e FURG. Os subprojetos EcoSaúde e o Ecofamiliar eram dirigidos pelos estudantes de Medicina, Serviço Social, Psicologia, Direito, Filosofia, e Farmácia. Já os subprojetos de Ecoteatro, Ecojuventude e Ecocriança contaram com a atenção dos discentes de Pedagogia que elaboravam as atividades. Os subprojetos relativos à questão ambiental como: Ecoambiente e Ecorrenda contaram com a participação dos discentes de Ecologia, Biologia e Psicologia.

Em todos os finais de mês, os discentes promoviam reuniões a fim de relatar ao grande grupo e à coordenação do projeto Ecomunitarismo, o andamento das atividades. Nesses momentos todos opinavam sobre os subprojetos, analisavam, criticavam, sugeriam mudanças, planejavam juntos, futuras atividades e encaminhavam sua avaliação para a Reitoria de acordo com a organização de cada equipe.

Esses subprojetos tinham o seu tempo determinado pelo interesse\participação da própria comunidade. Alguns duravam apenas seis meses, outros, um ano e outros ainda cinco anos. Outro fator que interferia no desenvolvimento dos subprojetos era o próprio apoio limitado\financeiro da Universidade e da disponibilidade de horários dos acadêmicos.

No subprojeto Ecorrenda, conseguimos juntar os projetos: SER e o Ecomunitarismo. O curso foi oferecido em 2002, pela acadêmica Neuza Silva, do Bacharelado em Ecologia, por um período de sete meses, todos os domingos, das quatorze às dezessete horas e trinta minutos. Esse trabalho voluntário foi motivador do seu TCC sob minha orientação. Esse subprojeto foi oferecido no salão da igreja Nossa Senhora de Fátima. Dele participaram adolescentes e senhoras dos dois projetos: Ecomunitarismo e o projeto SER (Solidário, Esperançoso, Recomeço), também coordenado por mim e oferecido às profissionais do sexo da Praça Coronel Pedro Osório. Essas senhoras juntaram-se às catadoras de papelão e às pescadoras a fim de aprender alternativas de trabalho para o próprio sustento. Fizeram parte do curso Ecorrenda, vinte e cinco pessoas embora tenham se inscrito cinquenta.



Figura 22: Subprojeto Ecorrenda\2001.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Foi uma vivência muito significativa para todos os que participaram do Ecorrenda, pois, entre uma cesta e outra a ser trançada e pintada, muitos diálogos foram construídos e possibilitaram uma aprendizagem mútua. Segundo Mies e Shiva, 1997 é importante que as mulheres se apropriem de suas histórias e comecem a coletivizar suas próprias experiências.

De acordo com Sírio Velasco, no Ecomunitarismo, a educação tanto formal quanto a não formal haverá de ser:

[...] a EA ambiental ecomunitarista conforme a cada uma e ao conjunto das três normas éticas fundamentais; nela, os indivíduos, exercendo sua liberdade de opinião se co-educam visando o consenso (e conhecimentos pelo menos provisoriamente compartilhados como sendo 'o ainda não falseado'), e o fazem em permanente ação preservadora-regeneradora da saúde da natureza humana e não humana. No que diz respeito à educação sexual que dessa EA faz parte, entender-se-á que é exigência das normas éticas a realização consensual e compartilhada do prazer que é escolhido por duas liberdades zelosas da saúde do casal (seja ele hetero ou homossexual; o que faz a diferença ética não é o sexo dos parceiros, mas a conformidade ou não do seu relacionamento com as três normas éticas fundamentais); tampouco pode ser culpabilizada a masturbação, na medida em que ela brota da liberdade individual que em nada contraria ou invade outra liberdade na prática do auto-erotismo. Do ecomunitarismo ainda faz parte uma 'política de todos' que resgata o sentido grego dessa arte-ciência entendida como sendo 'a organização da polis pelos próprios indivíduos (VELASCO, 2008, p. 474)

Continua o educador e filósofo Velasco afirmando que:

A EA ecomunitarista aposta numa economia ecológica onde seja superado tanto o trabalho alienado quanto o relacionamento devastador-poluidor da natureza não humana que é inerente à lógica capitalista (guiada pelo afã de lucro, não só por um eventual 'mau-caratismo' desse ou daquele capitalista, mas pela lógica concorrencial à qual o capitalista não pode fugir se pretende permanecer na sua condição de tal). A superação do trabalho alienado supõe a superação da alienação do indivíduo em relação ao produto do trabalho, ao trabalho, à atividade produtiva, à natureza (não humana) ao outro ser humano e a si próprio (ver K. Marx, 1844). Essas superações podem acontecer numa organização de produção-distribuição-consumo baseada na propriedade social dos meios de produção e na aplicação do princípio que reza 'de cada um segundo sua capacidade e a cada um conforme sua necessidade' (com abolição do salário) no contexto de uma atividade/vida sustentável (em especial, e aplicando a terceira norma da ética, pelo uso frugal de recursos não-renováveis, e a permanente redução-reutilização-reciclagem dos insumos e resíduos, preferindo os renováveis, especialmente no que diz respeito às fontes de energia); nessa 'associação de produtores livres livremente associados', as atividades produtivas serão executadas em rodízio e conforme as vocações de cada um (desde que atendido o conjunto social das 'necessidades', que devem ser permanentemente revisadas a partir das três normas éticas fundamentais;

ver (Lopez Velasco 2003b), as ordens serão substituídas pelos 'Quase-Raciocínios Causais' (ver Lopez Velasco 2003a e 2003b) que permitem construir soluções argumentadas e dialogais em exercícios de democracia direta, e todos os cargos/responsabilidades que se mostrarem indispensáveis serão exercidos em rodízio. (VELASCO, 2008, p. 474.)

No subprojeto Ecoambiente, desenvolvido em março de 2005, o aluno de Ecologia, Giancarlo Benites, possibilitou para os moradores da comunidade, o conhecimento sobre o cultivo de plantas medicinais, auxiliando na confecção de canteiros e hortas, aos sábados. Esse subprojeto foi executado de março até junho, oportunizando o desenvolvimento de várias atividades como palestras, sessões de vídeo, minicursos e encontros com pessoas ligadas à cultura da Medicina homeopática\popular\alternativa. No dia 30 de abril de 2005 o discente de Ecologia levou até à comunidade um membro dos Terenas, o índio Kulinã , o qual apresentou para a comunidade de catadores e pescadores, a sabedoria do povo indígena sobre plantas medicinais .

No final do subprojeto Ecoambiente, Giancarlo apresentou o seu pré-projeto acadêmico na UCPel, sobre a importância do cultivo de plantas medicinais em comunidades carentes.

Os participantes da Equipe de Execução das atividades do Projeto Ecomunitarismo, ao concluir a graduação, retornavam às cidades de origem a fim de buscar trabalho e prestar concurso. Com pesar, abandonavam as atividades no Projeto e isso frustrava os moradores da comunidade que haviam depositado esperança e confiança naqueles universitários.

Foram eles os pioneiros a lutar pelas causas socioambientais junto ao Projeto Ecomunitarismo: Anne Pinto Brandalize (Direito/UCPel); Altacir Bundg (Economia/UCPel); Adriano da Fonseca Rosa (Educação Física/UFPel); Adriana Maciel Arruda (Biologia/UCPel); Angelita de Souza (Psicologia/UCPel); Cristina Alves Mendes (Biologia/UCPel); Clair Feijó da Fonseca e Maria de Lurdes Scouto (Mestrado de Educação Ambiental/FURG); Cristina Caetano (Pedagogia/UCPel); Eda Passos (Advogada Aposentada); Eva Maria Bittencourt Vergara (Serviço Social/UCPel); Felipe Borges (Letras/UCPel); Gilda Brem (Letras/UCPel); Ivan dos Santos Vaz (Biologia/UCPel); Jaqueline Nascimento da Silva (Química/UCPel); Jussara Borges Vieira (Pedagogia/UCPel); Jailton Gonçalves Fernandes (Ecologia/UCPel); José Leonel Cruz da Rosa (Agronomia/UFPel); Leandra Costa

(Jornalismo/UCPel); Leonardo Vieira (Ecologia/UCPel); Lenita Carvalho (Psicologia/UCPel); Mariuza Madruga Saraiva (Serviço Social/UCPel); Marta Marques Ávila (Direito/UCPel); Neuza Maria Corrêa da Silva (Ecologia), Osmar Renato Brito Furtado (Biologia/UCPel); Rodrigo Maio (Informática/UCPel); Roberta da Silveira (Direito/UCPel); Raquel Santos (Direito/UCPel) e Tavane Carvalho (Pedagogia/UCPel).

Durante esses longos anos de convívio, ficou, por parte dos discentes, a promessa de um dia retornarem ao novo terreno no fim da Avenida Brasil para visitar as pessoas. Muitos desses discentes estão atualmente trabalhando em prol do povo, dando continuidade à nossa utopia em outros lugares. Alguns estão ministrando aula na UFRGS, como é o caso de Marta Marques Ávila, discente do curso de Direito. Osmar Renato Brito Furtado afastou-se da Brigada Militar e obteve o título de Mestre em Educação Ambiental; hoje ele é coordenador pedagógico e professor em várias cursos de pós-graduação. Jussara Borges Vieira formou-se em Pedagogia e administra a Casa das Meninas, lugar onde são colocadas crianças em estado de risco. Roberta da Silveira, discente de Direito, tornou-se juíza. Clair Feijó da Fonseca defendeu sua tese em Educação Ambiental e hoje coordena cursos para formação de educadores na rede municipal de Pelotas na área socioambiental. Enfim, todos estão, de certa forma, no lugar certo e no tempo certo, reafirmando-se enquanto cidadãos comprometidos com a vida e a utopia de construir um mundo melhor.

A vida não pára e novos desafios cresciam como plantas em um jardim próspero e plural. Durante uma assembleia com as mulheres da comunidade, acordou-se que não haveria mais abuso sexual tanto contra mulheres como contra crianças. Caso isso voltasse acontecer na comunidade, seria imediatamente denunciado. Também ficou registrado, em ata, que nenhuma criança seria mais o aviãozinho de entrega de drogas nos carros e que, se alguma mãe fosse conivente com tal situação, ela seria encaminhada, com a criança, para o Conselho Tutelar. A líder, Gracinda Feijó, líder pelo lado dos pescadores, teve sua casa crivada de balas por colocar um cartaz que dizia assim: “Não faça de seu filho um dependente, denuncie o tráfico de drogas!”. Mais tarde a vice-líder Patricia, teve seu barraco e corpo queimado por estar ajudando o Projeto Ecomunitarismo a lutar contra as injustiças sociais que existiam na comunidade.

Patrícia não desistiu do seu trabalho junto às mulheres da comunidade. No hospital, fez questão de esclarecer que não aceitaria ser demitida do seu cargo

de vice-líder da comunidade do lado dos catadores de papelão, pois possuía muito orgulho do que desenvolvia junto às mulheres, crianças e homens da comunidade São Gonçalo.

As lideranças femininas subdividiam-se em lideranças do lado dos pescadores e dos catadores de papelão, embora todos fizessem parte da mesma comunidade. Elas acordaram que essa subdivisão facilitaria o contato tanto com os pescadores como com os catadores de papelão.

Foi diante desse fato que os discentes e eu sentimos o peso da transformação na comunidade e também das ameaças. Não poderíamos parar, era preciso ser forte e enfrentar, com muita calma e firmeza os fatos e deles tirar lições para avançar diante das próximas ameaças. A comunidade pedia sem parar que ninguém saísse do Projeto, mas, infelizmente, o medo falou mais alto e, aos poucos, alguns discentes foram desistindo.

O grupo de discentes de Pedagogia havia construído uma escola no lugar das balanças abandonadas. Ali contavam histórias e ensinavam as crianças a ler e a fazer as tarefas escolares. Na outra balança, havia uma cozinha na qual as senhoras do Projeto Formiguinha e Cidadania e Vida ensinavam as mães a aproveitar os alimentos como: cascas de legumes, frutas e a fazer gostosas chimias.

Havia uma educadora da rede municipal conhecida como a “tia do verde”, a educadora Celeste, que estava montando uma horta com plantas medicinais, juntamente com as senhoras da terceira idade.



Figura 23: Primeiro espaço\escola para as crianças da comunidade\1999.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Mas, infelizmente, em uma noite, como eles diziam, “de lua cheia”, tanto a escola como a cozinha foram totalmente destruídas; riscaram as paredes com fezes e dizeres obscenos; quebraram os brinquedos; roubaram panelas; balcão de pia; destruíram a pracinha das crianças e o recanto do chimarrão. No dia seguinte, quando em assembleia, reuni os moradores e perguntei o que havia acontecido, vivenciei um silêncio no ar.

Os discentes fizeram várias tentativas de diálogo e nada. Então, solicitei às crianças que me ajudassem a limpar o lugar, doar o que havia sobrado para os moradores e reunir, após a limpeza, novamente os moradores para que eu pudesse me despedir de todos.

As líderes estavam aflitas e comentavam que:

- Eles sabem quem foi que fez tudo isso!
- Eles podem falar, mas não querem se envolver!
- Todo mundo tem medo, professora Jara!

Tanto as mulheres como os homens não saíam de perto da nossa equipe, observava-se a dor nos olhos deles, mas, mesmo assim, não conseguiam reagir e lutar pelos seus direitos.

Pedi a todos que ficassem por perto das balanças para que eu pudesse lhes falar sobre direitos humanos, cidadania, justiça social, solidariedade, deveres e direitos, ética, liberdade, escolhas, medo e coragem, coletivo e individualismo, educação, valores, unidade, comprometimento. Foram duas horas e meia de um diálogo sofrido, desvelador e de despedida. Deixei claro para todos, que se não eram capazes de lutar por aquilo que acreditavam que estava sendo bom para crianças, idosos, adolescentes, homens e mulheres daquela comunidade, então não eram dignos de nossa dedicação e apoio.

No ano de 2000, paramos com o Projeto por dois meses, com o objetivo de problematizar o acontecido e fazer com que a comunidade pensasse e se posicionasse sobre os mandos e desmandos dos traficantes. No início, eram crianças que ligavam dos orelhões da comunidade chorando, pedindo que o Projeto Ecomunitarismo voltasse a acontecer nos sábados; logo em seguida, eram os adultos desesperados.

A líder Gracinda solicitou nossa presença na comunidade para realizar uma assembleia com vistas a apresentar as novas decisões que a comunidade havia tomado em relação ao que havia acontecido. Mudanças começaram a ocorrer e os moradores da comunidade começavam a assumir sua cidadania, verdadeira liderança, liberdade de decisão, organização comunitária. No meio de algumas conquistas, novamente outra enchente, medo, angústia e desesperança afligiam a todos.

Começávamos, então, a retirada das pessoas para as instituições que a Prefeitura nos oferecia. Alguns moradores não queriam sair de seus barracos, pois na última enchente haviam sido saqueados pelos próprios vizinhos.

O Prefeito Marroni, do Partido dos Trabalhadores, havia solicitado que uma equipe da prefeitura fosse até à comunidade para ajudar a retirada das crianças e suas respectivas famílias.

Nessa ocasião, eu estava ministrando aula em Santa Vitória do Palmar, quando recebi a notícia de que o pessoal da prefeitura não estava conseguindo retirar as famílias, mesmo aquelas que estavam literalmente embaixo d'água. Pedi

permissão à direção e voltei para Pelotas a fim de viabilizar o diálogo entre a comunidade e Prefeitura.

Lá chegando, pude constatar a terrível destruição, segundo os próprios moradores, que ainda estavam dentro de seus barracos, retirando idosos e crianças, esta fora a pior enchente por que haviam passado.

Aos poucos, fui percorrendo os barracos por onde eu conseguia passar, solicitando a presença de todos para nos reunirmos e conversarmos sobre o que eles gostariam que fosse feito naquele momento.

Os moradores não paravam de dizer:

- Eles vão nos jogar lá, nos dar comida e roupas secas e depois tudo ficará igual!

- Chega, não aguentamos mais!

- Cadê o prefeito amigo do povo?

- Outros, enfurecidos, não paravam de gritar e dizer:

- Dessa vez eu não saio daqui, de jeito nenhum!

Foi, nesse momento, que eu ouvi a senhora Carla, desesperada, dizendo que não achava a sua filha. A líder dos pescadores, Gracinda, então comentou:

É a Karina, professora Jara, a menina que sempre vem recebê-la de braços abertos quando a senhora vem nos sábados brincar com as crianças!

As pessoas que estavam ali se dividiram, para tornar a busca mais rápida, pois a chuva estava intensa e o Canal São Gonçalo estava aumentando o seu nível e com isso muitos barracos iriam ser arrastados pela correnteza.

Após algumas horas de busca e já cansados, os discentes com água pela cintura estavam dando por concluída a tarefa de encontrar a Karina, pois ali todos estavam correndo riscos.

O ônibus da Prefeitura que estava disponibilizado para levar as pessoas dos lugares com enchente até às instituições, já havia chegado para buscar os últimos moradores da “comunidade da ponte”, entretanto, muitos moradores não queriam ir em função de que não haviam encontrado a menina Karina. O motorista estava aflito, pois precisava percorrer outras comunidades que também necessitavam de ajuda para o traslado. E foi nesse momento angustiante que eu me afastei do local e fui fazer a última tentativa para encontrar a menina.

Ao passar por umas tábuas que boiavam, eu ouvi um choro, e quando olhei, lá estava a menina Karina, toda molhada e com muito medo. Estendi minha

mão e enquanto a puxava, fui conversando sobre as histórias que eu iria contar naquela noite para todas as crianças caso ela também quisesse nos acompanhar. E entre uma fala e outra, fui conseguindo retirá-la.

Karina segurou-se ao meu pescoço e dizia:

-Tia Jara, me leva para morar num lugar que nunca mais tenha esse monte de água entrando no barraco da gente!

Continuou entre um choro e outro, dizendo:

- Não quero mais voltar para cá, tudo é muito triste, eu preferia era morrer mesmo!

Com dificuldade de me expressar, abracei a menina Karina e, ao segurar suas mãos pequeninas e geladas, eu lhe disse:

- Não sei como vou fazer o que vou te falar agora, mas te prometo que vou lutar para que um dia a gente possa caminhar junto, numa comunidade, onde as casas vão ser de tijolos, muito bonitas, e tu, Karina, irás me levar para ver a tua linda casa.

E, dando continuidade, terminei a minha fala salientando que precisaria muito de sua ajuda, pois haveria um trabalho enorme a ser realizado. Após o banho e alimentação das crianças na escola em que todos ficaram abrigados, como havia prometido, fiquei contando histórias até que todas as crianças estivessem dormindo e em paz. Karina dormiu segurando a minha mão e feliz por ter, naquela noite ganho, a sua primeira sandália

A primeira sandália



Figura 24: Karina após a enchente com seu primeiro par de sandálias\1998.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Afirmo que momentos como esse, a Academia Universitária não consegue dimensionar, qualificar e quantificar em termos de relevância ético-social-educativa-ambiental; enfim, a magnitude do Projeto Ecomunitarismo.

Após a enchente, os moradores indignados deram início à luta por qualidade de vida, novas passeatas em frente à Prefeitura. A ética começava a eclodir no movimento interno de cada indivíduo daquela comunidade. O advogado e professor da UCPel Marcus Cunha de forma voluntária esteve ao lado do Projeto Ecomunitarismo desde o começo das primeiras atividades, apoiando e encaminhando questões relativas ao poder judiciário.

O ex-aluno Júlio Cesar Botelho Guarany, do Projeto Ecopopular/1997, fez um hino para a comunidade, que era cantado em todas as manifestações públicas. O hino, ao ser cantado pelos moradores, era o retrato/cantado/fiel de suas lutas. O título da música era “*TUDO SE TRANSFORMA*”¹

TUDO SE TRANSFORMA LETRA E MÚSICA/JULIO GUARANY
Os Catadores de lixo da minha cidade

¹ Júlio Cesar Botelho Guarany, terapeuta e educador ambiental.

Que reciclam ideias e revelam verdades.
Tem alguns que também são biscateiros
São biscates de sobrevivência
Carpinteiros, pedreiros e faxineiras.
“É labuta do pão, é permuta de suas consciências”
São pescadores e artesãos de suas próprias redes
Navegam em rios, mares e lagoas em busca do peixe.
São verdades e lembranças
Do lixo vêm novas heranças
É uma dádiva, poder transformar
Uma lata, um vidro, o plástico, o papel, o papelão.
“Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma” (Lavoisier)
Transformar o lixo, a matéria em comida
Transformar os espíritos, as ideias e os vícios
Tudo em benefício, tudo em benefício...

As lideranças começaram a participar de vários cursos junto aos setores públicos. Enfim, a luta comunitária realmente surgiu das cinzas. E em primeiro de junho de 2002, a comunidade, após várias tentativas junto à Prefeitura para conseguir um assentamento das famílias em um local seguro, decidiu invadir um terreno conhecido como território da CEVAL. Os discentes, eu e os moradores da ponte/Comunidade São Gonçalo demos início a mais uma ousada luta pela qualidade de vida, pela justiça social, pela Ética Ecomunitarista.



Figura 25: Terreno da Ceval2002.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Esse terreno estava abandonado fazia muitos anos, devido a fábrica que ali havia se instalado, ter fechado.

Ocorreram várias reuniões junto aos órgãos públicos, intermináveis negociações e ameaças por parte das autoridades. Medo, insegurança, desarmonia, começaram a se instalar nos sonhos e objetivos.

Foram três longos anos de negociações, até que no mês de setembro de 2004, através da Secretaria de Habitação, conseguimos a legalização do terreno junto à Caixa Econômica Federal e auxílio para a construção de noventa e oito casas em regime de mutirão.

Os moradores tiveram que participar de cursos para aprender a construir suas próprias casas.



Figura 26: Jornal Diário Popular construção das casas em mutirão\2005.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.



Figura 27: Comunidade organizada por quadras e números\2008.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Entre sonhos e utopias, o ontem, o hoje e o amanhã emergiam da complexidade da esperança crítica, reafirmando a viabilidade/concretude da Ética Ecomunitarista.

A esperança na libertação não significa já, a libertação. É preciso lutar por ela dentro de condições historicamente favoráveis. Se elas não existem, temos de pelear esperançadamente para criá-las. A libertação é possibilidade, não sina, nem destino, nem fado. Nesse contexto, se percebe a importância da educação da decisão, da ruptura, da opção, da ética, afinal (FREIRE, 1995, p. 30).

Foram sete anos, desde 1998 até o ano 2005, desenvolvendo um projeto que envolvia a subjetividade, a construção da mentalidade ecomunitarista, a cidadania, a organização coletiva, o resgate do potencial humano com atividades voluntárias. Com certeza, foi um trabalho complexo, transformador e libertador.

Ao término do Projeto, estávamos felizes e tristes ao mesmo tempo. Felizes pelas conquistas, como: a aquisição dos terrenos; água; luz; a construção das novas moradias em regime de mutirão; a organização da comunidade e o início da construção da primeira sala de aula na nova comunidade. Os projetos em Educação Ambiental estavam sendo desenvolvidos nas novas moradias (experiência de EA com plantas medicinais), por discentes de Ecologia e de outros cursos, junto aos moradores. Enfim, ocorria a mudança de postura diante da problemática socioambiental.



Figura 28: Projetos de EA na nova moradia\2003.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo



Figura 29: Novas moradias\2008.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

Todos nós estávamos tristes ao ver que outras pessoas estavam ocupando os mesmos lugares que um dia já fora ocupado por esses moradores. Casebres sem infraestrutura nenhuma, sendo construídos naquele mesmo local, às margens do Canal São Gonçalo, na BR 392\km60.

Alguns dizem que a culpa é da ECOSUL (órgão responsável pelas estradas), outros argumentam que é da SQA (Secretaria de Qualidade Ambiental). Falam em responsabilidade do COMPAM (Conselho Municipal de Proteção Ambiental), do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) e da FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental\RS).

Mas, a tristeza maior foi voltar lá, em março de 2007, e perceber o emaranhado de incertezas diante do confuso entrelaçamento dos outros ocupantes que lá foram instalados pela nova equipe da Prefeitura. Outras conjunturas, outro partido, outro prefeito, outros problemas, enfim, outros desafios. O que devo/devemos fazer?

A comunidade, embora um tanto perdida, não deixava de reivindicar os seus direitos e buscar alternativas para solucionar os seus problemas. Dona Cica, mesmo afirmando não ser mais a líder oficial da comunidade, continuava organizando e orientando o grupo de adultos e de crianças.

Em 2008, fui chamada para visitar a comunidade pela líder dos catadores de papelão, Dona Cica, e, para minha alegria, pude constatar a concretude da utopia.



Figura 30: Casa da menina Karina, hoje adolescente\2008.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

As ruas todas organizadas, cada casa com um banheiro, sala, cozinha, um quarto, além de um quintal com bastante espaço. A sede da comunidade estava quase pronta. Todos têm luz e água.

Enquanto eu passava pelas ruas, as crianças que gritavam, já não eram mais crianças e me chamavam para ver seus filhos.

Uns diziam:

- Venha, professora Jara, contar histórias para os seus netos!

Naquele momento, ao ver os filhos das adolescentes que no passado ouviam as minhas histórias, percebi a lacuna deixada pela não continuidade do Projeto Ecomunitarismo e da Dimensão Ecomunitarista: erótica da libertação.



Figura 31: Filho de uma menina que ouvia as histórias, aos sábados, nas balanças do Trevo (segundo ela, esse seria meu neto)\2008.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

- Outros gritavam:
- Olha só, nós aumentamos a casa, fizemos mais um quarto!



Figura 32: Aumento da moradia\2008.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo.

E aos poucos, a Educação Ambiental foi vivenciada por todos os moradores da Comunidade São Gonçalo, que hoje é conhecida pela mídia como Comunidade da Ceval, antigo nome da fábrica que ali existia antes da ocupação. Sandro Sayão² em uma palestra em Canoas, em 2008, salientou que:

Por isso, creio ser a Educação Ambiental também o lugar em que a bagagem cultural é tão importante quanto o exercício da sensibilidade, da responsabilidade, da reflexão e da crítica. Nisso, o que chamo de *ampliação de consciência* se configura como exercício do descentramento e da saída de si, num processo em que se busca compreender a realidade *pari passu* a busca por compreender a si mesmo num processo em que os sujeitos são estimulados e provocados a olharem para além de suas próprias necessidades as necessidades dos outros, abrindo-se para o que está para além deles mesmos. Penso deste modo numa Educação em que se é convidado a perceber e acolher as necessidades dos Outros, em que a instrumentalização necessária ao viver representa também a necessidade pela responsabilidade e pela preocupação ética com o outro e a natureza.” (SAYÃO, 2008)

²SAYÃO, Sandro. Mestre em Educação Ambiental, Doutor em Filosofia e professor da Universidade Federal de Pernambuco.

E é neste emaranhado de certezas e incertezas que nasce, a cada dia, a Educação Ambiental e a minha paixão por reler, rever e revelar novos desvelamentos de todo esse processo, pois, ao espiar para dentro, perco o medo de olhar de forma despoluída todo esse momento educacional problematizador-socioambiental-interativo-ético-histórico e, assim, me entendo como discente e docente, compreendo as gerações passadas e, como singela profetiza do meu tempo, vislumbro as que virão para poder ajudá-las de forma construtiva e ética enquanto a vida me permitir.

4 ENTRELAÇANDO SABERES

Descubro-me, entendo-me e me comprometo enquanto educadora ambiental, ao mesmo tempo em que me construo e reconstruo diariamente através do entrelaçamento das teias teóricas. Teorias essas que fazem parte das escolhas que fiz e dão sustentabilidade ao meu fazer pedagógico.

Ao viabilizar a concretude de vivenciar o aporte teórico, afirmo a indissolúvel relação: Educação e Ambiente.

As teorias de Freire, Velasco, Mies, M. & Shiva comungam do mesmo alicerce que nutre tanto suas teorias como as práticas delas oriundas e fecundadas. Essa sustentação dá-se pela preocupação com o SER HUMANO, com o comprometimento com a vida, com o coletivo, com a libertação do oprimido, com o desvelamento da realidade, com a ação social transformadora e, acima de tudo com, o entrelaçamento ético entre teoria e prática.

Contemplando esse meu pensar, tenho o respaldo/eco nas palavras de Sayão, quando questiona:

Em que medida se tornou necessário agregar à educação o termo ambiental? O que essa junção de palavras nos revela? O que justifica essa aproximação? A pergunta, por mais simples que nos possa parecer, é altamente pertinente e extremamente importante. Ela nos remete ao sentido da junção destes dois termos (Educação e Ambiente) e ao próprio significado da expressão como um todo, o que é de fundamental importância para quem se preocupa em evitar as armadilhas da obviedade e o risco de novas teorias que outra coisa não fazem senão a manutenção do *status quo*. Pensar sobre o sentido de uma determinada atividade, na pretensão de especular sobre suas motivações e justificações primeiras na descrição do seu para que e porquê, é adentrar em instâncias fundamentais que antes de revelar um determinado caminho a se percorrer, nos garantem a não confusão com propostas já vigentes. A busca pelo sentido é ao mesmo tempo o encontro com os próprios elementos significativos que nos motivam e dão forças. É mergulhar na fonte vigorosa que alavanca decisões e que promove o agir. Chamar atenção para isto é chamar atenção para a necessidade da especulação filosófica de fundo, cientes de que toda opção por uma determinada metodologia é sempre, ao mesmo tempo, uma opção teórica" (SAYÃO, 2010, p. 25)

E por refletir sobre essa representação teórica é que, neste capítulo, reorganizo tais questões a fim de viabilizar um entrelaçamento teórico-avaliativo de

todo esse processo problematizador-socioambiental-interativo-ético-histórico. Para tal, afirmo que esta tese:

- É a representação teórica desvelada da situação vivida por discentes, docentes e habitantes da comunidade São Gonçalo/Pelotas/RS/Brasil, na BR 392, km 60, no período de 1998 a 2005. Representação de suas lutas diárias através da problematização emocional, ético, ambiental, social, educacional e existencial do próprio viver e conviver numa área ambiental de risco.
- Foi fundamentada na ética argumentativa da Teoria Ecomunitarista, a qual possibilitou o desvelamento crítico da realidade, a problematização de todo o processo, a consolidação de sonhos e utopias e, acima de tudo, possibilitou um caminhar individual e coletivo mediatizados pela conscientização planetária através da fundamentação teórica, norteada pelas três normas da Ética Ecomunitarista.
- Tem por objetivo geral o Projeto Ecomunitarismo/UCPel: possibilitar o exercício da cidadania, da ética, da justiça social, da interdisciplinaridade entre os acadêmicos da UCPel e a comunidade São Gonçalo, viabilizando, ao mesmo tempo, o desabrochar da construção da cultura socioambiental entre todos os envolvidos. E foi somente através da Teoria Ecomunitarista que se pôde dar início a tão instigador objetivo.

Avaliação do Projeto Ecomunitarismo à luz da metodologia Ecofeminista

Entre sonhos e utopias concretizáveis, o Projeto Ecomunitarismo/UCPel, conseguiu alcançar, após um estudo de pesquisa-ação junto à comunidade São Gonçalo, segundo Mies e Shiva (1997), autoras do Ecofeminismo, os seguintes passos:

- Quando as autoras falam que a pesquisa deve “*substituir o postulado da investigação desprovida de valores, da neutralidade consciente, alcançada por meio de identificação com os objetos de estudo*”, fica óbvio, na minha leitura, ao seguir a Teoria Ecomunitarista/Velasco, que desde o início, em 1998, do processo de participação no Projeto

Ecomunitarismo, tanto por parte dos discentes quanto dos docentes, que esses não foram neutros, pois houve participação consciente. Segundo Paulo Freire (1987, p. 38) ocorreu uma “inserção crítica e ação”, possibilitando uma identificação tanto com os habitantes da comunidade como com a luta comunitária existente. Esse fator também foi motivo de intermináveis horas de debates construtivos tanto com a comunidade de pescadores e catadores de papelão quanto com a equipe de discentes, pois afloravam, a todo instante, indagações individuais e coletivas. Ao mesmo tempo em que vivenciávamos, conforme Velasco (2003, p. 20), as normas éticas, deduzíamos transcendentalmente a partir da pergunta: “O que devo/devemos fazer?”. E sendo assim, nos colocávamos como participantes conscientes.

- No segundo passo, as autoras falam sobre a importância de se “*substituir a relação vertical entre o investigador ou investigadora e os objetos de estudo, a visão de cima, por uma visão a partir de baixo*”. Pude constatar que, em todo o processo interativo-ético do Projeto, tanto discentes como habitantes da comunidade foram ouvidos, através da ação pedagógica problematizadora que Paulo Freire e Velasco sempre defenderam, como sendo o decodificador essencial, para a construção do diálogo que inclui e possibilita a ação transformadora. E por esse motivo, em muitas ocasiões, o Projeto Ecomunitarismo sofreu alterações em suas metas, pois era preciso que ocorresse o processo de reconstrução coletiva, diária nas tarefas a serem desenvolvidas.
- No passo terceiro, existe a preocupação, por parte das autoras com que haja uma substituição do conhecimento espectador por uma troca de participação mais ativa, isto é: “*Substituir o “conhecimento espectador” contemplativo e não participante, por uma participação ativa nas ações, movimentos e lutas em favor da emancipação da mulher, fazendo com que a investigação passe a ser parte integrante dessas lutas*”. O trabalho do Projeto Ecomunitarismo, desenvolvido junto à comunidade de pescadores e catadores de papelão, não só viabilizou a interação participativa ativa de discentes e docentes do

Projeto como todos participaram ativamente das manifestações da comunidade, passeatas, reivindicações junto à Prefeitura. Todos os sujeitos da comunidade de São Gonçalo sem distinção de cor, sexo, religião, fossem elas, crianças, jovens, idosos, adultos/mulheres e homens foram atendidos e respeitados como seres/sujeitos históricos daquele processo construtivo socioambiental e ético. E não poderia ser viabilizado de outra forma, até porque não se configuraria como sendo um Projeto sustentado pela Teoria Ecomunitarista.

- No quarto passo, existe a preocupação, segundo as autoras, com a *“modificação do status quo deve converter-se em ponto de partida da indagação científica, assumindo como lema ”Se quiseres conhecer algo, deverás mudá-lo”*. Segundo os ensinamentos de Paulo Freire (1995, p. 23), somos seres de transformação e não, de adaptação. E continuando dentro dessa linha de pensamento “freiriano” tem-se que: *“Ninguém se conscientiza separadamente dos demais, a consciência se constitui como consciência do mundo e com o mundo.”* (FREIRE, 1987, p. 43). Assim, partindo desse entendimento teórico, a Equipe de Execução do Projeto Ecomunitarismo assumiu que, para haver a almejada transformação da comunidade, antes de tudo, os habitantes da mesma deveriam despertar para a possibilidade de transformar seu mundo e a si mesmo num processo de libertação, em que o oprimido, ao libertar-se, segundo Freire, não viesse a oprimir os demais. E nessa luta cotidiana, todos os integrantes desse processo libertaram-se e em se transformando de sujeitos passivos em ativos/críticos, construíram e assumiram o seu próprio processo histórico existencial. E ao agir dessa forma, possibilitaram a construção do estar junto, enfim a construção da própria participação coletiva.
- No quinto passo, as autoras demonstram ter uma preocupação com o processo de conscientização e, para tal, ressaltam *que “o processo de investigação deve converter-se em um processo de “conscientização” tanto para os assim chamados “sujeitos de investigação” (as científicas sociais) como para os “objetos de investigação” (as mulheres como grupo de estudo específico)”*. E analisando sob esse aspecto e repensando sob a Teoria Ecomunitarista, temos, segundo

Velasco (2008, p. 474), que para o acontecimento de um trabalho de Educação Ambiental ético, como o Projeto Ecomunitarismo/UCPel, acima de tudo um trabalho de cunho sócio-educativo-ambiental-ético, fez-se necessário que a educação socioambiental fosse problematizadora. O Projeto Ecomunitarismo/UCPel demonstrou sempre, através de suas ações e ações da própria teoria, estar alicerçado na fundamentação de Freire e de Velasco, os quais sempre sustentaram suas teorias na “conscientização”, definida como a combinação do desvelamento crítico da realidade e da ação transformadora sobre ela, rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos.

Viabilizando um maior entendimento sobre a importância do comprometimento do Projeto Ecomunitarismo, em relação à relevância da conscientização, emerge também o fator que os discentes, desde o início do processo socioambiental ecomunitarista, foram conhecendo, ou seja, conhecendo mais sobre os moradores e sua realidade e começando, naquele momento, um desvelamento interno e externo de identidades, de existência, de conscientização individual e coletiva. Isso, segundo Hall (1999, p. 109), mostra que as identidades parecem não ter a ver com as questões quem somos nós ou de onde nós viemos, mas sim, com aquilo em que nós podemos nos transformar, isto é, nos tornar. Assim sendo, a conscientização fez-se uma constante aliada de caminhada durante todo o tempo em que ocorreu o desenvolvimento do Projeto Ecomunitarismo/UCPel.

As mulheres tanto “sujeitos de investigação” (as científicas sociais) como os “objetos de investigação” (as mulheres como grupo de estudo específico), a cada encontro, descobriam-se como sujeito de suas histórias e ultrapassavam os obstáculos com coragem e determinação de usufruírem a sua feminilidade. Exemplo desse fato tem-se com o episódio ocorrido com a senhora Patrícia, vice-líder do lado dos catadores de papelão, cujo corpo fora queimado pelo companheiro e, mesmo assim, não desistiu do trabalho que realizava na comunidade, pois percebia a importância de sua liderança junto às mulheres, crianças, jovens, e adultos da comunidade. Com esse ato, ela resgatou o seu respeito próprio e a sua cidadania. A mulher cidadã, naquele momento, ensinava a todos os presentes o direito ao respeito pelas escolhas feitas, assim como o valor da mulher na comunidade São

Gonçalo. É nesse momento que temos o possibilitar real da erótica da libertação que Velasco (2003, p.210) aborda com muita clareza no livro “Ética para o século XX”.

- No sexto passo, tem-se que *“a conscientização coletiva das mulheres, por meio de uma metodologia de formulação de problemas deve ser acompanhada do estudo de sua história individual e social”*. Ao desenvolver as atividades com o grupo de mulheres, a todo instante era viabilizado o enfrentamento de suas realidades, para que elas pudessem se avaliar e se repensar, sempre através das assembleias e das atividades em grupos. Numa dessas assembleias, a líder Gracinda Feijó, líder dos pescadores, solicitou a vez para falar, a todos que estavam naquele momento, sobre como estava se percebendo atualmente.

Ela dizia assim:

- Hoje estou organizada, tenho até agenda!
- Não tenho medo de falar, olho as pessoas nos olhos, até meu marido já

me respeita mais, vou à Prefeitura e enfrento aquela gente sem medo e sempre tento resolver os problemas da comunidade de acordo com que a gente combinou nas assembleias.

- Outra coisa, pessoal, a verdade é que, eu hoje sei o valor da mulher, e antes eu tinha vergonha, pois achava que a gente era fraca, mas agora nada disso. Sei quem sou!

- E tem mais, eu vou fazer a tal Pedagogia que a professora Jara comentou. Podem ter certeza, me aguardem!

E assim, aos poucos, vão se libertando e libertando as demais. Freire (1987, p. 43), no livro “Pedagogia do Oprimido”, em 1987, ao expressar seu pensamento sobre esse processo diz: “Por isso é que somente os oprimidos, libertando-se podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam”.

- No sétimo passo, segundo as educadoras temos que *“as mulheres não poderão se apropriar de sua história se não começarem a coletivizar suas experiências próprias”*. Enquanto organizadora e participante das ações/reflexões/ações/reflexões, sempre tive como preocupação manter o eixo coletivo, a construção coletiva, o pensar juntos, a fim de que todos nós discentes, docentes, comunidade como

um todo, pudéssemos coletivizar nossas experiências e aprendizagens. Esse processo ficou marcado para nós quando as mulheres da comunidade resolveram participar de cursos junto às profissionais do sexo do Projeto SER.



Figura 33: Curso de cabeleireira na garagem da casa da profª Jara Fontoura\2001.
Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

Esse Projeto também era coordenado por mim; então, viabilizou-se, nesses encontros, o coletivizar de suas experiências e, para toda nossa equipe, nasceu a esperança crítica que Freire (1992, p. 10) denominava de imperativo existencial histórico.

Avaliação do Projeto Ecomunitarismo à luz dos seus objetivos e metas .

Com o objetivo de possibilitar respostas ao problema inicial, que é: saber até que ponto se pôde conseguir colocar em prática a Teoria Ecomunitarista no

Projeto Ecomunitarismo\UCPel, irei analisar os objetivos do Projeto e suas metas, ao mesmo tempo comparando-o com a Teoria Ecomunitarista.

Quando o Projeto foi iniciado, os discentes, juntamente comigo e alguns simpatizantes da ação/reflexiva teórica Ecomunitarista, traçamos objetivos, metas e ações para o Projeto. Ao refletir sobre essa caminhada, observei avanços e perdas, conquistas e erros, soluções e enganos, um emaranhado de certezas e incertezas, mas sempre com o objetivo de viabilizar a concretude da Teoria Ecomunitarista. Dessa forma, poderíamos possibilitar o diálogo entre meio acadêmico e o popular em prol de uma melhor qualidade de vida para todos os envolvidos, enfim, o resgate da cidadania individual, coletiva e planetária.

As ações que foram realizadas junto à Comunidade São Gonçalo possibilitaram:

- Diagnóstico da realidade;
- visitas domiciliares;
- organização comunitária;
- mobilização dos moradores;
- reunião por grupos de família com os moradores;
- reuniões de estudo, planejamento e avaliação com a equipe atuante;
- entrevistas/encontros;
- encaminhamentos jurídicos e de saúde;
- oficinas interdisciplinares;
- plantões de atendimento todos os sábados na comunidade;
- mutirões;
- campanhas ;
- eleição dos líderes da comunidade;
- criação do nome para a comunidade;
- capacitação de agentes comunitários;
- participação da comunidade em eventos diversificados tanto na UCPel como em órgãos públicos;
- mobilização das líderes para a busca, na comunidade pelotense, de alternativas para os problemas socioambientais detectados como prioritários;

- organização de projetos culturais, esportivos e de lazer para as crianças e famílias;
- passeios ecológicos com a comunidade;
- organização de festas decorrentes no ano;
- criação de um grupo de teatro e de amigos da natureza e amigos da saúde;
- criação de grupos (terceira idade, adolescentes, crianças, mulheres);
- criação de uma cooperativa, hortas em caixotes;
- confecção de enxovais e cobertores para bebês;
- confecção de alimentação alternativa, xaropes caseiros, remédios para sarna e piolho;
- elaboração de uma revista informativa dentro da comunidade denominada Fotoecomunitarismo;
- distribuição de lanches durante o reforço escolar, atividades de teatro, reforço escolar, capoeira, vôlei e futebol;
- criação do livro contendo os dados da pesquisa-ação e as experiências de todos os grupos envolvidos (nome do livro: “Experiências Ecomunitárias”).
- seminário de conclusão do Projeto e divulgação do livro.

Noventa e nove por cento das ações foram realizadas com êxito pela equipe de discentes e docentes do Projeto Ecomunitarismo/UCPel, o que justificou a concretude da Teoria Ecomunitarista que, segundo Velasco :

Deverá reconciliar os seres humanos entre si para permitir e incentivar o desenvolvimento multifacetado de cada sujeito, e assim reconciliando-se com o restante da natureza, mantendo face a ela uma atitude permanente de preservação e regeneração.(VELASCO, 2008,p.474).

Entretanto, no que diz respeito à criação de uma cooperativa ou associação, esta não foi realizada até o término do Projeto Ecomunitarismo\UCPel, apesar de várias tentativas junto aos moradores da comunidade através de reuniões com pessoas envolvidas com o trabalho cooperativo e com as associações. Fizeram-se, nessa tentativa, reuniões com a participação de advogados, assistentes sociais, economistas, educadores, ambientalistas, lideranças de comunidades...

Porém não avançamos nesse quesito o que gerou uma frustração para a Equipe de Execução do Projeto e também para as lideranças da comunidade. Para Velasco, deveríamos promover a terceira norma da ética:

Essas superações podem acontecer numa organização de produção-distribuição-consumo baseada na propriedade social dos meios de produção e na aplicação do princípio que reza 'de cada um segundo sua capacidade e a cada um conforme sua necessidade' (com abolição do salário) no contexto de uma atividade/vida sustentável (em especial, e aplicando a terceira norma da ética, pelo uso frugal de recursos não-renováveis, e a permanente redução-reutilização-reciclagem dos insumos e resíduos, preferindo os renováveis, especialmente no que diz respeito às fontes de energia); nessa 'associação de produtores livres livremente associados', as atividades produtivas serão executadas em rodízio e conforme as vocações de cada um (desde que atendido o conjunto social das 'necessidades', que devem ser permanentemente revisadas a partir das três normas éticas fundamentais; ver (Lopez Velasco 2003b), as ordens serão substituídas pelos 'Quase-Raciocínios Causais' (ver Lopez Velasco 2003a e 2003b) que permitem construir soluções argumentadas e dialogais em exercícios de democracia direta, e todos os cargos/responsabilidades que se mostrarem indispensáveis serão exercidos em rodízio. (VELASCO, 2008, p. 474.)

Segundo a Teoria Ecomunitarista, teríamos, enquanto equipe, não alcançado uma fator decisivo para a construção de uma ordem socioambiental pós-capitalista, pois, dessa forma, não possibilitamos a libertação dos indivíduos do processo capitalista que os fez e faz dependentes, individualistas e passivos. Tal fato inviabilizou também o vislumbrar da superação da crise socioambiental em que a comunidade São Gonçalo se encontrava.

Contamos, nas ações, com a elaboração de revista, livro e seminário, porém, nas metas, elas não aparecem. Por outro lado, temos como uma das metas, buscar junto à Prefeitura alternativas de outros locais, onde as famílias pudessem morar dignamente num período de dois anos. Na previsão das ações, também não as contemplamos de forma escrita.

Mas a concretude tanto das ações como das metas, embora não contempladas de forma descritiva na elaboração do Projeto Ecomunitarismo\UCPel, ocorreram de fato. No caso da elaboração da revista, ela ocorreu em parte, em forma de jornal comunitário e por causa de problemas financeiros, ela acabou não sendo executada como a equipe (discentes, docentes e comunidade) gostaria de que fosse.

A criação do livro não ocorreu, mas a história da luta comunitária e da experiência Ecomunitarista foi relatada num artigo do livro de Alexandre de Gusmão Pedrini (2002, p. 201-229) “O contrato Social da Ciência”, em 2002, com o título “Unindo os saberes: Universitário e Popular”.

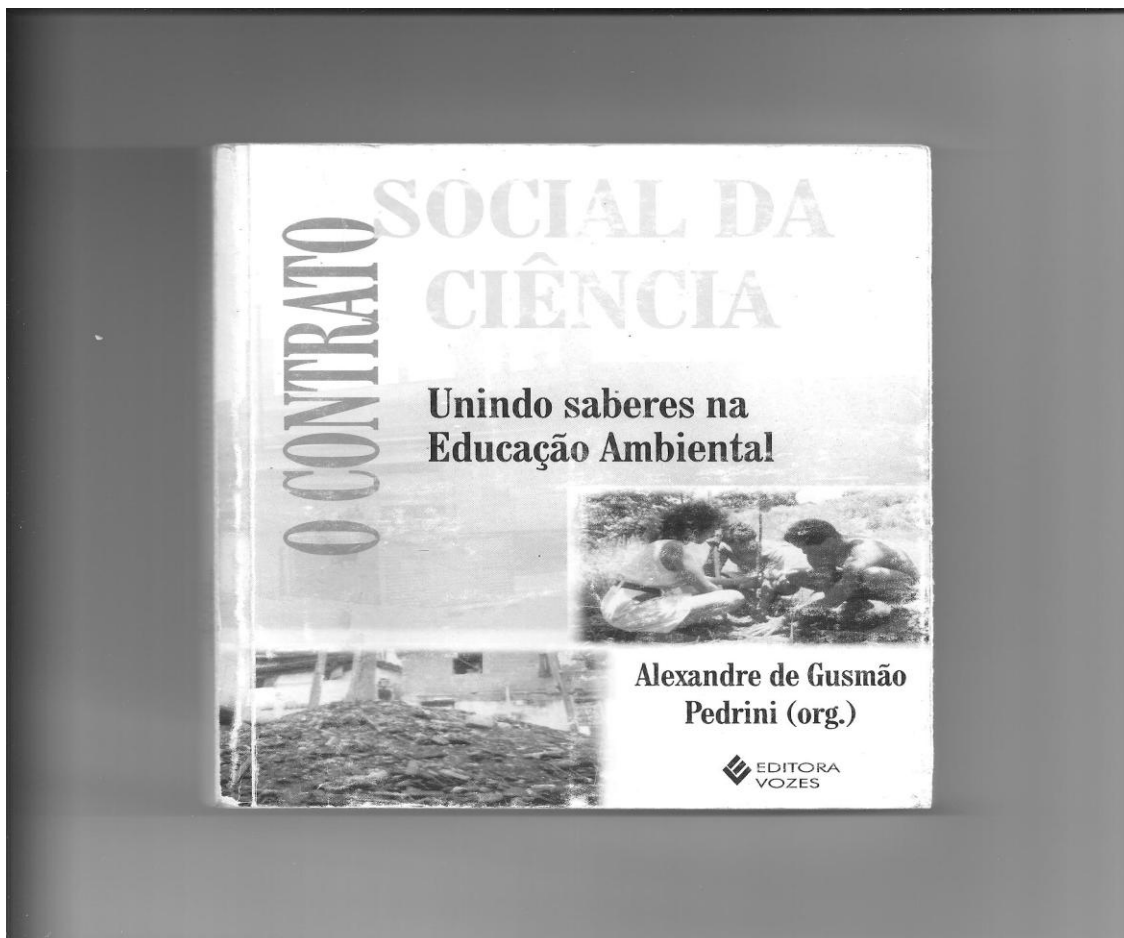


Figura 34: Livro O Contrato Social da Ciência\2002.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

Prosseguindo com as avaliações e entrelaçamentos teóricos, temos as metas confundidas com os objetivos, isto é, não foram separados os objetivos das metas. Além desse fator, tivemos ações que não foram contempladas nas metas e vice-versa. Entretanto elas ocorreram, sendo concretizadas com o avançar da execução do Projeto Ecomunitarismo\UCPel.

Metas:

1- Formar um grupo de trabalho interdisciplinar para assessoria dos subprojetos dentro de um mês;

- 2- montar diagnóstico da realidade, traçando um paralelo com alguns dados levantados em 1998 e organizar visitas domiciliares no período de cinco meses;
- 3- viabilizar o processo de reeleição das lideranças do bairro em dois meses;
- 4- preparar a comunidade de catadores de lixo para resolver e buscar alternativas para os seus problemas socioambientais durante o ano vigente;
- 5- envolver a comunidade pelotense com os subprojetos, através da mídia, em um ano;
- 6- promover o envolvimento dos diversos cursos da UCPel com o Projeto em um período de dois anos;
- 7- possibilitar a criação de três times de futebol e de uma turma de capoeira para participarem de campeonatos nas cidades vizinhas, em um ano;
- 8- formar uma turma de alfabetização de adultos, em um ano;
- 9- construir uma praça recreativa infantil, em dois anos;
- 10- formar grupos de terceira idade, mulheres, adolescentes, em dois meses;
- 11- proporcionar cursos sobre reciclagem, pintura em tecido, música, tricô para mulheres e crianças, em dois anos;
- 12- promover a participação das lideranças em eventos relacionados às questões socioambientais, sempre que for necessário;
- 13- formar um grupo de teatro infantil, em um ano;
- 14- colaborar para a construção de uma mentalidade socioambiental da comunidade São Gonçalo, durante todo o desenvolvimento do projeto;
- 15- participar no assessoramento de todas as gestantes e seus filhos durante todo o processo de atividades do Projeto;
- 16- encaminhar todas as crianças que estão fora da escola, num período de dois meses;
- 17- ensinar o uso de receitas, através da alimentação alternativa e de plantas medicinais, para as senhoras da comunidade, dentro de um ano;
- 18- encaminhar homens e mulheres para outras frentes de trabalho, em um ano;
- 19- buscar, junto à Prefeitura, alternativas de outros locais, onde as famílias pudessem morar dignamente, num período de dois anos.

Dos itens um ao seis, o Projeto teve êxito de cem por cento, alcançando a formação de um grupo de trabalho interdisciplinar, a montagem do diagnóstico da realidade, traçando um paralelo com alguns dados levantados em 1998, e organizando as visitas domiciliares. O Projeto viabilizou o processo de reeleição das lideranças do bairro em dois meses; preparou a comunidade de catadores de lixo para resolver e buscar alternativas para os seus problemas socioambientais, envolveu a comunidade pelotense com os subprojetos, através da mídia, e promoveu o envolvimento dos diversos cursos da UCPel com o Projeto. Todos os itens foram cumpridos dentro do prazo estabelecido. Assim sendo, segundo Velasco, desenvolvemos a EA Ecomunitarista pois:

Para fazer possível um mundo de pessoas pacíficas essa Educação Ambiental não pode fugir do combate, pois isso significaria deixar o terreno para os vampiros sem função ecológica, que são os donos do mundo hoje. Para efetivar o que de ela se espera a E.A Ecomunitarista deve aprender a combinar o ensino aprendizagem da sala de aula com a ação comunitária. (VELASCO, 2008, p. 179)

Dando continuidade ao processo avaliativo conclusivo, vemos que a meta sete era ter a criação de três times de futebol e uma turma de capoeira, para os adolescentes participarem de campeonatos nas cidades vizinhas em um ano, o que foi possível em parte, pois somente a turma formada em capoeira é que conseguiu participar de torneios em outras localidades. Os times de futebol disputaram campeonatos e ganharam medalhas, porém apenas dentro da própria comunidade.



Figura 35: Aula de capoeira na comunidade\2002.

Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

Os que quisessem participar das aulas e atividades esportivas tinham de estar com notas de aprovação na escola e não podiam faltar às aulas, e, assim sendo, muitos desses jovens começaram a frequentar a escola com prazer e dedicação. Cabe lembrar que os professores Fábio e Alessandra foram voluntários no Projeto e não faziam parte dos discentes da UCPel.

Do item oitavo até o décimo nono, houve avanços e recuos. A equipe cumpriu os prazos estipulados no início da elaboração do Projeto, mas cabe salientar que alguns imprevistos ocorreram. Embora as lideranças juntamente com alunas da Pedagogia tenham conseguido incentivar algumas mulheres e homens a voltar a estudar, o curso de alfabetização não foi adiante por muito tempo, porque faltou o cumprimento do apoio de verbas para as educadoras, local para as aulas, dificuldade no consenso de horários para os encontros e brigas entre os integrantes da comunidade.

No nono item, a construção da praça recreativa infantil em dois anos ocorreu, mas foi destruída pelos traficantes logo em seguida que as mães começaram a se organizar e combater a entrega de drogas por crianças. Formar

grupos de terceira idade, mulheres, adolescentes, como foi que ocorreu no item décimo, em dois meses foi feito, porém o grupo da terceira não obteve muito êxito devido às idosas participantes encontrarem-se doentes frequentemente, inviabilizando as atividades. Quanto ao item décimo primeiro, os cursos de reciclagem foram realizados com pouca dificuldade, o da música também, mas o curso de pintura em tecido, tricô para mulheres e crianças em dois anos, não atraiu participantes.

Quando foi promovido o curso de cabeleireira para as trabalhadoras do sexo, as outras mulheres da comunidade pediram para também participar. O curso foi ministrado pela discente, Lenita Carvalho do curso de Psicologia, que também possui diploma de cabeleireira. Muitas adolescentes fizeram parte desse curso, mas por causa do tempo, da distância e de certa acomodação, começaram a faltar em vários encontros, inviabilizando a concretude do mesmo. As aulas eram oferecidas à tarde, na garagem da minha casa, devido à discente Lenita poder contar com todo o material para as oficinas, tais como: lavatório, água...

Dos itens décimo segundo ao décimo oitavo, as metas foram concretizadas com cem por cento de eficácia, tanto no requisito tempo como no processo, pois ocorreu a participação das lideranças em eventos relacionados às questões socioambientais sempre que foram solicitadas. Houve a formação do grupo de teatro infantil em um ano. Os participantes sempre se apresentaram nas festas de final do ano. A viabilização da construção de uma mentalidade socioambiental da comunidade São Gonçalo, durante todo o desenvolvimento do Projeto, podia ser percebido tanto na fala dos moradores como em suas ações. As gestantes e seus filhos, durante todo o processo de atividades do Projeto, foram atendidos, assim como todas as crianças que estavam fora da escola, num período de dois meses, também foram encaminhadas a instituições de ensino.

Mesmo após a morte da educadora Celeste, a comunidade recebeu o curso para o manuseio de receitas através da alimentação alternativa e de plantas medicinais para as senhoras da comunidade, dentro de um ano. Dona Ana Maria Silva muito contribuiu para o êxito do Projeto.

O encaminhamento de homens e mulheres para outras frentes de trabalho, em um ano, foi uma meta que se estendeu durante todo o desenvolvimento do Projeto.

No item décimo nono, a Equipe Executora do Projeto Ecomunitarismo\UCPel havia pensado em buscar, junto à Prefeitura, alternativas de outros locais, onde as famílias pudessem morar dignamente num período de dois anos. Superando essa meta, não só conseguimos um local como também possibilitamos aos moradores, a construção de casas de alvenaria, através do convênio firmado com a Caixa Econômica no mandato do governador Olívio Dutra.

A ação política pedagógica libertadora ocorreu dentro do Projeto Ecomunitarismo\UCPel, pois foi desenvolvida tanto junto ao meio acadêmico, como junto ao popular. Segundo Velasco (2003, p. 236), a ação pedagógica não se limita somente àquela desenvolvida nas esferas da família e da educação formal, até porque essa pode também ter lugar em todos os espaços das relações humanas, como em bairros, nas organizações sociais não governamentais, nos sindicatos, nas políticas, e nos meios de comunicação. E, alinhavando todo esse pensar, Velasco afirma que dessa forma se viabilizam as três normas da ética, assim como os princípios da pedagogia problematizadora, indicando a luta contra a feroz resistência dos mantenedores, por ação ou omissão do atual caos socioecológico em que nos encontramos. O Projeto fracassou ao não conseguir implementar uma economia ecológica sustentável e solidária, embora, em várias oportunidades foram notados o esforço e o esboço de algumas pequenas ações para tal processo libertário.

Avaliação do Projeto Ecomunitarismo à luz da Teoria Ecomunitarista

O Projeto Ecomunitarismo, desenvolvido junto ao grupo de catadores de papelão e pescadores, moradores às margens do Canal São Gonçalo na cidade de Pelotas/RS, durante seus sete anos de execução, tentou desenvolver uma proposta socioambiental baseada nas três normas da ética, a saber:

A primeira norma da ética é deduzida a partir de: Devo garantir minha liberdade de decidir, porque eu garanto minha liberdade de decidir é condição de Eu faço a pergunta: “O que devo fazer?” (VELASCO, 2003, p. 17).

A segunda norma da ética é formulada assim:

Devemos buscar consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘O que devemos fazer?’ porque Nós buscaremos consensualmente

uma resposta para cada instância da pergunta 'O que devemos fazer?' é condição da pergunta 'O que devemos fazer?' ser feliz. (VELASCO, 2003, p. 59)

Para Velasco a terceira norma da ética diz que:

Devo preservar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo é condição de eu faço a pergunta "Que devo fazer?"(numa realização feliz). Quero de imediato advertir que talvez essa norma não seja última palavra da ética em matéria ecológica e de educação ambiental, dado o caráter utilitarista da visão da natureza ali compreendida. Mas creio que ela é uma base mínima aos efeitos do dispor de um fundamento argumentativo para a importante tarefa que é a preservação-regeneração da Natureza, atividade que faz parte da luta por uma ordem sócio-ambiental ecomunitarista. (VELASCO, 2008, p.37-8)

A liberdade de escolha de decisão, o consenso e a preservação-regeneração da Natureza fizeram parte das escolhas das atividades do Projeto Ecomunitarismo, propostas à comunidade São Gonçalo. A todo instante, a equipe estava promovendo reuniões internas e externas, assembleias, visitas domiciliares na comunidade a fim de as pessoas respeitarem a liberdade dos moradores, o que possibilitava a busca do consenso e a busca de alternativas/soluções para a problemática socioambiental. Somente através da proposta da Pedagogia Problematizadora da Educação Ambiental Ecomunitarista é que se obtivemos sucesso em muitas das metas e objetivos.

Analisando as dimensões da proposta da Ética Ecomunitarista, tem-se o seguinte:

- Economia ecológica solidária

Nesse segmento, o Projeto Ecomunitarista obteve avanços e retrocessos, pois não conseguiu desenvolver de forma sólida, constante e eficaz, a economia ecológica solidária, embora tenha tentado através de cursos de alimentação alternativa; plantio de canteiros com plantas medicinais; confecção de material reciclado para venda; criação de minhocários para venda do húmus; tentativas de montagem de uma cooperativa dentro da comunidade e hortas caseiras. Porém, todas essas atividades não foram seguidas pela maioria dos moradores e atualmente poucos têm em suas moradias, a demonstração concreta dessas

atividades. O espírito de partilha, cooperativismo e solidariedade comunitários pouco se solidificou entre os moradores da comunidade.

- Erótica

No segmento relativo à erótica, tivemos avanços em relação ao respeito à figura feminina na comunidade, pois o machismo não imperou mais com tanta força. A violência tanto contra as mulheres como contra as crianças na questão sexual, foi denunciada pelos moradores. As crianças e adolescentes da comunidade tiveram maior esclarecimento sobre sua sexualidade através de cursos, oficinas, teatro, vídeos, histórias infantis e palestras; o amparo a mães e recém-nascidos foi viabilizado através do apoio de estudantes de Serviço Social, Medicina, Pedagogia e do grupo Girassol, grupo da terceira idade da UCPel. Houve também maior respeito à opção sexual das pessoas pois, no início do Projeto havia muito preconceito.

Em relação à primeira norma, assegurou-se o direito da liberdade de escolha dos moradores para o vínculo sexual. Houve consenso entre os parceiros sobre o cuidado com as doenças sexualmente transmissíveis, assim como o cuidado com relação à gravidez. Entretanto, como essas mudanças devem ser estimuladas constantemente e o Projeto Ecomunitarismo não obteve uma continuidade após o seu encerramento em 2005, observa-se um retrocesso, atualmente, na questão da dimensão erótica. Para conseguirem dinheiro para as drogas, muitos jovens acabam prostituindo-se, o que acarreta altos índices de gravidez e de contaminação pelo vírus da AIDS.

- Comunicação livre e simétrica

Durante todo o desenvolvimento das atividades socioambientais ecomunitaristas, lutamos para obter uma comunicação livre e simétrica junto aos meios de comunicação. Inclusive, implementamos uma revista/jornal dentro da comunidade, na qual os moradores trocavam seus conhecimentos e informações. Esse jornal/revista foi elaborado por discentes do curso de Comunicação e Jornalismo da UCPel e só parou por falta de apoio financeiro da Universidade.

A liderança feminina da comunidade utilizava constantemente os meios de comunicação, os programas de rádio, televisão, gravações de vídeos, matérias

nos jornais Diário da Manhã e Popular para poder lutar por suas necessidades enquanto comunidade. Inclusive, em função dessa mobilização de comunicação, muitas conquistas foram viabilizadas e o respeito da comunidade pelotense pelo Projeto Ecomunitarismo começou a gerar novas interações e ajuda solidária.

Os meios de comunicação começaram a divulgar a luta comunitária, dessa forma, assegurando a dimensão da comunicação livre e simétrica que a Teoria Ecomunitarista tanto ressalta como fator importante para a libertação dos indivíduos de forma pacífica, porém invasiva e construtiva eticamente.

- **Pedagogia Problematizadora Ecomunitarista**

Na dimensão pedagógica problematizadora ecomunitarista, em todo o processo educativo, buscamos junto ao meio popular e acadêmico o entrelaçamento com a proposta de uma educação diferenciada na qual os indivíduos pudessem se repensar individual e coletivamente, desvelando a realidade socioambiental em que se encontravam. Tal entrelaçamento ocorreu, sempre focado na viabilização da transformação necessária para a comunidade. O diálogo foi constante, rumo a uma ordem socioambiental sustentável. Havia, em função disso, uma preocupação com o respeito das relações inter-humanas e da relação entre os seres humanos e o restante da natureza. Muitas crianças foram encaminhadas à escola e alguns adultos voltaram a estudar. Houve apoio ao reforço escolar junto a discentes de Matemática e Pedagogia. Mais tarde, no entanto, inviabilizados pela falta de orientação/apoio pedagógico dos coordenadores de cursos que, embora houvessem se comprometido com a ajuda, não receberam carga horária para essa tarefa e, portanto, não mais se dispuseram a dar continuidade ao trabalho de orientação.

Houve duas tentativas da construção de sala de aula interativa socioambiental ecomunitarista. A primeira, nas antigas balanças do Trevo da estrada que dá acesso à ponte que liga Pelotas a Rio Grande e a outra, na nova moradia, Ceval.

Essa segunda construção obteve ajuda de muitas casas de material de construção, ferragens, mas, quando estavam sendo concluídas, e já havia até estagiárias de Pedagogia desenvolvendo atividades com as crianças, a construção foi impedida de prosseguir pela atual gestão da Prefeitura (novo partido). O argumento foi que não poderia haver uma escola ali funcionando sem a

regulamentação necessária. Naquele espaço, as discentes de Pedagogia desenvolviam atividades de reforço escolar, atividades lúdicas, ambientais e orientações para pais.

O atendimento também ocorria para as crianças que não haviam conseguido vagas em creches públicas da cidade. Houve muita revolta dos pais com o impedimento do funcionamento do espaço/escola alternativa. Fomos à Prefeitura, houve várias reuniões e infelizmente nos impediram legalmente de executar nossa tarefa. Mas como a nossa luta não se restringia ao espaço, após algumas assembleias e muito diálogo, conseguimos terminar nossas atividades no salão da igreja Nossa Senhora Aparecida. Para isso, utilizaram-se também algumas casas dos moradores que serviram de espaço/sala de aula.

Na ocasião, fui impedida de ir a algumas reuniões na Prefeitura, pois, segundo a nova administração, eu perturbava o andamento das negociações. Os moradores, indignados, não obedeceram e faziam questão de que eu me fizesse presente junto com a comunidade nas negociações. Houve ocasiões em que eles ameaçavam os representantes da Prefeitura, de se retirarem das negociações caso eu não pudesse me fazer presente junto deles. Observa-se, pois, a concreção das duas normas da ética argumentativa: o direito de escolher livremente e o consenso por aquilo que eles gostariam que fosse realizado. Tal postura só foi viabilizada em virtude da pedagogia problematizadora que os ajudava a pensar e a se organizar enquanto grupo.

Todas essas construções, apoio pedagógico, desvelamentos, diálogos constantes/libertadores, busca de conscientização e movimentação pela luta ecomunitarista viabilizou-se com a ajuda solidária das discentes de Pedagogia.

Para Velasco educação é

Entendo o termo “educação” como sendo o sinônimo de “conscientização”, assim como Paulo Freire define este último termo, ou seja como combinação, em situação de alimentação recíproca de: a) desvelamento da realidade, e b) ação transformadora sobre ela (no sentido da construção de uma comunidade humana sem opressores nem oprimidos; cfr. Freire 1982, “Algumas notas sobre conscientização”; hoje e à luz da E.A em vez dessa comunidade humana falamos em ordem sócio-ambiental sustentável nas relações inter-humanas e entre os seres humanos e o restante da natureza’). (VELASCO, 2008, p. 38)

Continuando o seu pensar, Velasco diz que:

“Educar-se é conscientizar-se em diálogo com os outros no contexto de uma ação transformadora sobre a realidade ecossocial rumo a uma ordem socioambiental sustentável (que eu chamarei de ‘Ecomunitarismo’).” (VELASCO, 2008, p. 38)

Nesse momento, ao refletir de forma avaliativa sobre a atuação do Projeto Ecomunitarismo, vêm à mente as palavras de Freire (1987, p. 68) que, no livro “Pedagogia do Oprimido”, diz: “Ninguém educa ninguém e ninguém educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

- Política para todos

O Projeto Ecomunitarismo conseguiu fazer com que as pessoas da comunidade, bem como os próprios discentes ficassem mais politizados, participativos, críticos, reivindicativos, sujeitos capazes de buscar as soluções em consenso para a resolução da problemática socioambiental vivenciada por todos.

A comunidade, como um todo, utilizou a dimensão de uma política para todos quando reivindicava junto aos meios jurídicos, o apoio às suas necessidades socioambientais. Participaram de forma consciente e crítica dos movimentos políticos nas eleições para Prefeito; atuaram junto à Câmara de Vereadores na Semana do Meio Ambiente e em assembleias sobre a nova moradia; buscaram atendimento com advogados para encaminhar a documentação perdida nas enchentes e para questões de julgamento tanto na área criminal quanto na familiar.

Os moradores já conseguiam dialogar com a Justiça, sem medo de se fazer ouvir e de forma direta/horizontal e consensual. Deram início, portanto, às suas reivindicações. Começaram a assumir sua cidadania perante a Lei. Repensaram-se enquanto sujeitos de direito, mas também como sujeitos de dever. E nessa, troca, deu-se o início da participação tanto individual como coletiva nas questões relativas à política, ocorrendo a superação entre dirigentes e dirigidos.

Sobre isso, Velasco afirma que precisamos, sempre, garantir a nossa liberdade individual de decisão, buscar a construção consensual das decisões relativas às nossas vidas e, por sua vez, zelarmos pela preservação/regeneração de uma natureza saudável do ponto de vista produtivo, abrangendo tanto o ser humano quanto os entes não humanos.

Assim sendo, entendo que o Projeto Ecomunitarismo constituiu um avanço significativo na dimensão política para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No encerramento de qualquer trabalho sempre nos vem à mente, o repensar crítico \avaliativo de todo processo da caminhada. É preciso avaliar para poder possibilitar e fortalecer outros olhares e descobertas sobre novos caminhos.

A caminhada não pára por aqui. É nesse instante que se reafirma a continuidade pela luta em prol da construção de um mundo melhor, de justiça social e de uma Educação Ambiental ética e diferenciada.

Desenvolver o Projeto Ecomunitarismo\UCPel no período de 1998 a 2005, junto a dois grupos diferenciados: o acadêmico e o popular, baseado como eixo norteador nas normas da ética Ecomunitarista que tratam da liberdade, do consenso e da ecologia, a partir da pergunta que instaura a ética: O que devo/devemos fazer? foi para mim uma honra e possibilidade incalculáveis de resgate da “humana docência”.

Vislumbrar a utopia semiconcreta, foi um ato libertador e transformador. Digo semiconcreta, pois diante da proposta teórica Ecomunitarista, muito teríamos, enquanto Equipe de Organização e Execução, o que avançar e construir, pois tal Teoria é extremamente complexa, desafiadora e possibilitadora de muitas articulações e ações. Apesar das várias tentativas de acertos, o Projeto Ecomunitarismo da UCPel atingiu em parte a Ética Ecomunitarista.

Ao refletir sobre o término do Projeto Ecomunitarismo\UCPel, fica óbvio que esse não poderia ter terminado. A universidade UCPel deveria ter assegurado a continuidade do mesmo, para garantir o desenvolvimento sustentável de todo o processo socioambiental, mesmo que com organizadores e executores novos. Falhou assim como instituição educativa diante do seu dever ético\ambiental e social, junto à comunidade popular e acadêmica.

Entretanto, creio que o Projeto Ecomunitarismo\UCPel no período de 2002 a 2005 conseguiu desenvolver dentre muitas conquistas significativas, a importante tarefa de possibilitar aos moradores da comunidade São Gonçalo , a concretude da aquisição e construção de suas próprias moradias conjuntamente com um viver socioambientalmente adequado. E essa utopia só foi realizada devido os moradores terem experienciado as Dimensões Ecomunitaristas que são: comunicação simétrica

horizontal, pedagogia problematizadora ecomunitarista, política para todos, economia ecológica solidária e a erótica da libertação.

Para Velasco, o Ecomunitarismo é uma ordem socioambiental utópica, um guia da ação que é capaz de articular com base nas três normas da ética e de se manter pela postura de seres humanos em atitude de libertação, e é por isso que quanto aos discentes que estiveram participando do Projeto, todos puderam vivenciar a sua cidadania planetária e a experiência significativa da unificação do ensino, pesquisa e extensão, pois teoria e prática trilharam juntas todo o período da execução desse Projeto. E sem distinção, os integrantes tanto da parte dos discentes quanto da comunidade estiveram em atitude constante de libertação.

Entre avanços e retrocessos, o projeto Ecomunitarismo\UCPel possibilitou a tarefa mais relevante, que foi o conhecimento na prática, da Teoria Ecomunitarista, junto ao meio acadêmico e ao popular, embora não tenham sido executadas e vivenciadas, na íntegra, as três normas da Ética Ecomunitarista.

Concluo, pois, que o salutar de todo esse processo ético\socioambiental, foi também ter comprovado a importância dessa Teoria Ecomunitarista para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental séria, crítica, inovadora, transformadora, ética e comprometida com o seu ontem, com o seu hoje e com o seu amanhã, assegurando assim, uma nova ordem socioambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre. Imagens e auto-imagens.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org). **A família em Debate.** São Paulo: EDUC\Cortez. 2000.

CORRÊA DA SILVA, Paulo Ricardo Granada. **A educação ambiental e o projeto ecomunitarismo na cidade de Pelotas-RS: uma análise qualitativa de resultados.** 2006. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006

CYRINO, Hélio *et al.* **Ideologia hoje.** São Paulo: Papyrus, 1987.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania.** Campinas: Papyrus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Conscientización.** Buenos Aires: Busqueda, 1974.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Sombra Desta Mangueira.** São Paulo: Olho d'Água, 1995.

_____. **Pedagogia da Esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: Uma Biobibliografia.** Brasília: Cortez: Instituto Paulo Freire; DF: UNESCO, 1996.

GHIGGI, Gomercindo; KNEIP Telmo. **Implicações antropológicas na filosofia da educação de Paulo Freire.** Pelotas: Seiva, 2004.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** São Paulo: Papyrus, 2001.

GRAMISCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade**. Petrópolis: Vozes: 1999.

LEFF, Enrique. **O saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

LIBÂNIO, João Batista. **Formação da Consciência Crítica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MARCUSE, Herbert. **Idéias Sobre uma Teoria Crítica da Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MIES, M.& SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Icaria, Barcelona, 1997

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Brasília DF: Cortez, 2000.

PEDRINI, Alexandre. **O Contrato Social da Ciência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

PELIZZOLI, Marcelo. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Marlene. **Universidade Brasileira "Pós-Moderna" Democratização X Competência**. Manaus: Ed. universidade do Amazonas, 1999.

SAYÃO, Sandro. **Sobre o sentido da Educação Ambiental**. Revista de extensão. Universitária do Paraná. Paraná: UFPR, 2010, vol. 3 (no Prelo).

_____. **A Educação Ambiental e o seu significado**. Canoas, 3º Encontro Regional de Educação, Prefeitura Municipal de Canoas\RS, 2008.

SILVA, Enio Waldir da & Frantz Walter. **As Funções Sociais da Universidade. O papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à Nascente: o recado do rio**. São Paulo: Unicamp, 2001.

VELASCO, Sírio Lopez. **Ética de La Liberacion (OIKO-NOMIA)**. Campo Grande: MS, CEFIL, 1996.

_____. **Ética de La Producción: Fundamentos.** Campo Grande: M.S, CEFIL, 1994.

_____. **Ética de la Liberación- Política socioambiental Ecomunitarista.** Rio Grande: EDEGRAF, 2000.

_____. **Ética para o século XXI. Rumo ao Ecomunitarismo.** São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

_____. **Revista. Eletrônica Mestrado de Educação Ambiental. A E. A Ecomunitarista e a síntese de Freire e Saviani.** v. 20, janeiro a junho, FURG, 2008.

_____. **Introdução à Educação Ambiental Ecomunitarista.** Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

_____. **UCRONÍA.** Rio Grande: Editora da FURG, 2009.

VITALE, Maria Amália Faller & ACOSTA, Ana Róias (orgs), **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas.** São Paulo: IEE/PUC/SP, 2003.

ANEXOS:

Anexo 1: Termo de consentimento e esclarecimento sobre a pesquisa\entrevista.

Anexo 2: Relatório de atendimento\UCPel, relativo ao subprojeto Ecofamiliar.